

RELATÓRIO DE *GESTÃO* 2024



Sumário

1

Visão Geral
Organizacional e
Ambiente Externo

2

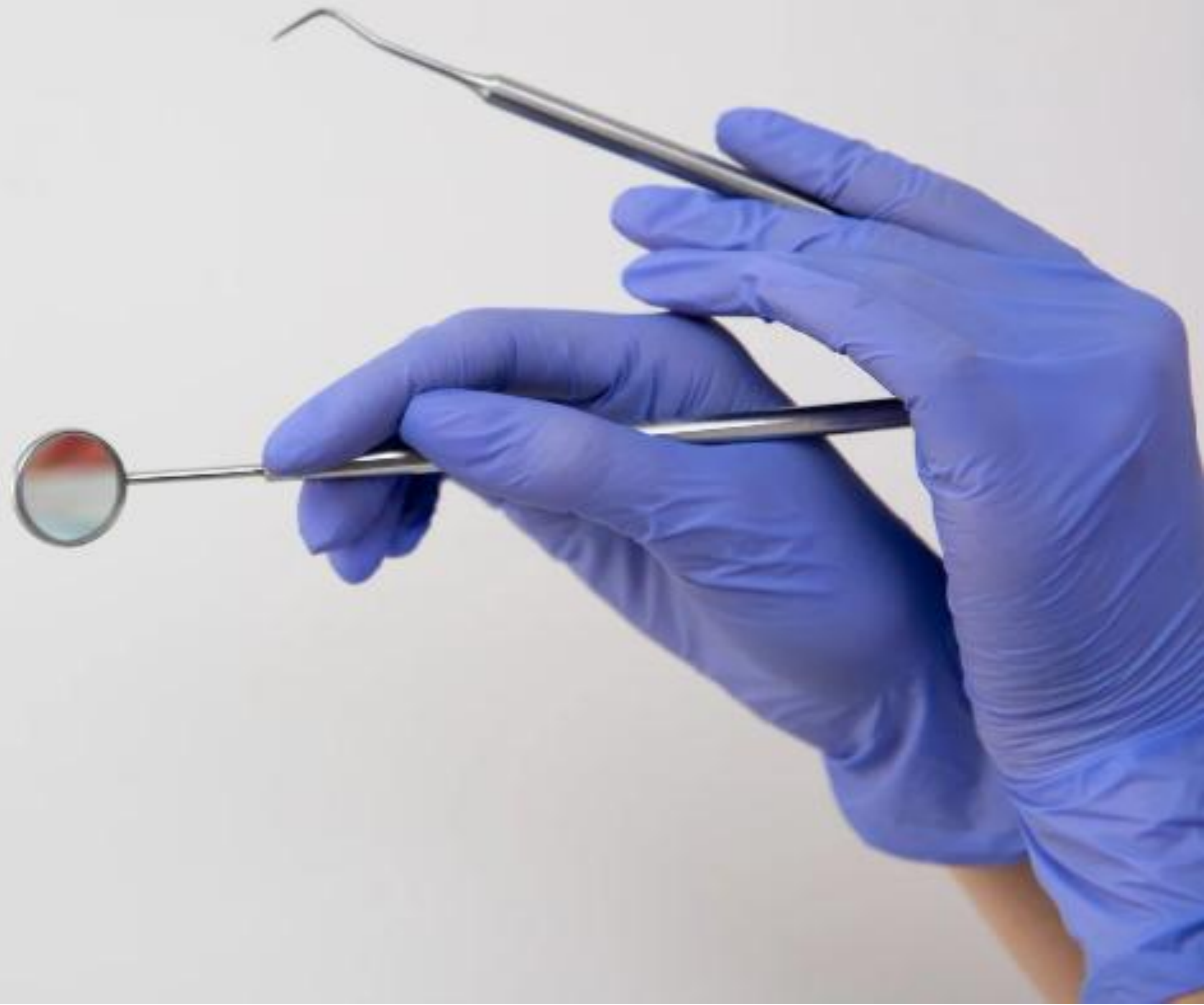
Riscos,
Oportunidades e
Perspectivas

3

Governança,
Estratégias e
Desempenho

4

Informações
Orçamentárias,
Financeiras e
Contábeis



Siglas e Abreviaturas

AC – Acre
AL – Alagoas
AP – Amapá
AM - Amazonas
APD – Auxiliar de Prótese Dentária
ARP – Ata de Registro de Preço
ASB – Auxiliar em Saúde Bucal
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BA - Bahia
BF – Balanço Financeiro
BI – *Business Intelligence*
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BSC – *Balanced Scorecard*
CAO – Central de Atendimento Odonto
CD – Cirurgião-Dentista
CE - Ceará
CFO – Conselho Federal de Odontologia
CGAI – Comitê Gestor de Acesso à Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CPD - Centro de Processamento de Dados
CRO – Conselho Regional de Odontologia
DF – Distrito Federal
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DJ – Decisão Judicial
DN – Decisão Normativa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais

EPAO – Entidade Prestadora de Assistência Odontológica
EPO – Empresa de Produtos Odontológicos
ES – Espírito Santo
GERCON – Gerência Contábil
GO - Goiás
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LB – Laboratório de Prótese Dentária
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MA - Maranhão
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MG – Minas Gerais
MPF – Ministério Público Federal
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
NBCTSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
PA – Pará
PB – Paraíba
PAT – Plano Anual de Treinamento
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE – Pernambuco
PI - Piauí
PR – Paraná
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RR- Roraima

RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SCO – Sistema Conselho de Odontologia
SE- Sergipe
SP – São Paulo
SRP – Sistema de Registro de Preço
STF – Supremo Tribunal Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TO – Tocantins
TPD – Técnico de Prótese Dentária
TSB – Técnico em Saúde Bucal
VPA – Variações Patrimoniais Aumentadas
VPD – Variações Patrimoniais Diminuídas

Relatório de Gestão 2024



Mais um ano de desafios e resultados. O relatório de gestão do exercício de 2024 é a prestação de contas anual apresentada aos órgãos de controle interno e externo, bem como à sociedade. Trata-se de uma obrigação constitucional, prevista no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Sua elaboração segue as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do órgão de controle interno, conforme Instrução Normativa (IN-TCU) nº 84, de 22 de abril de 2020; e da Decisão Normativa (DN-TCU) nº 198, de 23 de março de 2022. No formato de relatório integrado e de forma objetiva, este documento relata qual é a missão institucional do CFO, facilitando a compreensão de como os recursos são aplicados na supervisão, orientação e fiscalização do exercício profissional e na promoção da saúde bucal, visando à proteção da sociedade e dos que exercem a Odontologia legalmente. Este documento integra as principais ações da Autarquia, planejadas estrategicamente, levando em consideração os desafios de criar políticas que geram valor para a sociedade.

Realizamos a segunda metade dos objetivos do Planejamento Estratégico de curto, médio e longo prazo aprovado em 2018, com foco nas ações de gerenciamento voltadas às inovações tecnológicas, mapeamento de processos de trabalho e gestão de ativos.

Com a consolidação do novo parâmetro gerencial do Conselho Federal de Odontologia, espera-se a concatenação das atividades realizadas nas instâncias de governança, compliance e controles internos com os processos finalísticos. No referido exercício investimos cada vez mais na gestão pública gerencial, eficiente e responsável, realizando de maneira estratégica as finalidades legais do Conselho Federal de Odontologia e executando o planejamento estratégico integrado à missão, visão e valores da entidade.

Mensagem do Presidente



Claudio Yukio Miyake

Presidente do CFO

Cirurgião – Dentista
CRO – SP nº 37416

Em 2024 o Conselho Federal de Odontologia intensificou o seu papel de supervisor da ética profissional em todo o país, com a utilização de modernos instrumentos de gestão, governança e compliance. Com foco no atendimento ao inscrito e na utilização de tecnologias para a prestação do serviço à sociedade, sempre primando também pelo princípio da economicidade e da utilização racional dos recursos públicos, fomos premiados durante a 8º Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais em duas das mais importantes categorias das melhoras práticas aplicáveis aos Conselhos Profissionais: Projetos Inovadores de Transformação Digital e Supervisão Fiscalizatória e seus Resultados.

Essas premiações consolidam o trabalho de excelência que temos realizado, com uma administração gerencial, moderna, funcional e sempre pautada pela legalidade.

Por fim, em 2024 tivemos o 5º ano de aplicação do Planejamento Estratégico, Plano Diretor de Tecnologia da Informação, *Balanced Scorecard* e Matriz *Swot*. Esses instrumentos de gestão foram ferramentas essenciais para que pudéssemos alcançar os resultados a seguir demonstrados.

01

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

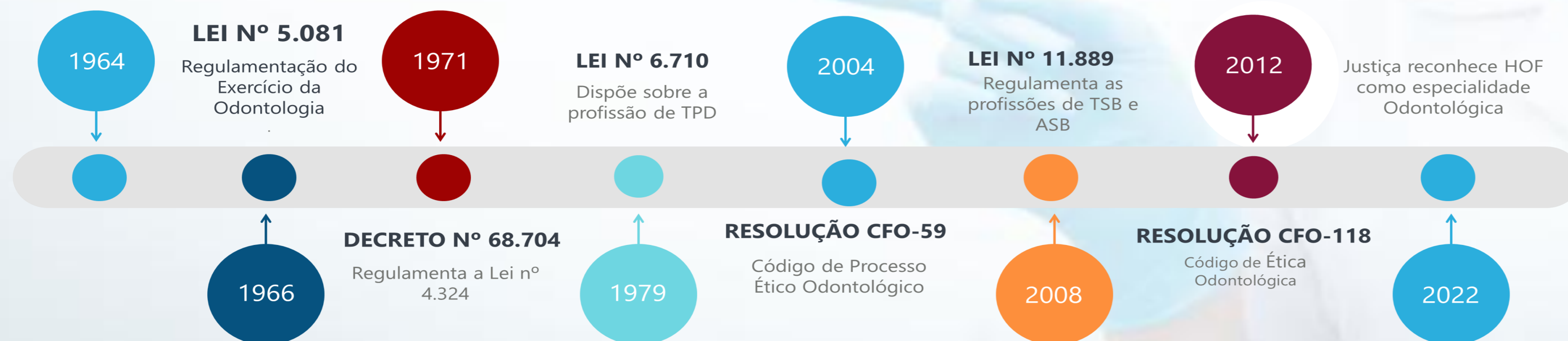
- *Principais números do CFO*
- *Identificação da Entidade*
- *Organograma*
- *Estrutura Organizacional*
- *Composição do Plenário*
- *Modelo de Negócio*
- *Canais de Comunicação e Principais Normas*



Principais Números do CFO



*Total acumulado de todas as redes



Resolução CFO 63/2005 – Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia

Identificação da Autarquia

O Conselho Federal de Odontologia é a unidade central da entidade, responsável direta perante o poder público, por si e através dos Conselhos Regionais, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público e da classe odontológica que determinaram a sua criação.

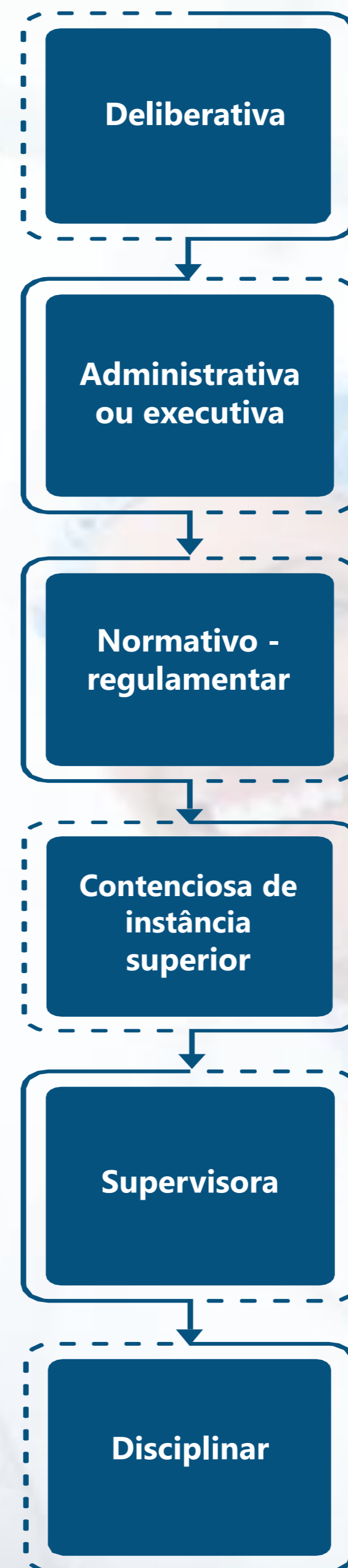
O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam em seu conjunto uma Autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, constituindo o Sistema Conselho de Odontologia (SCO).

São finalidades do Conselho Federal de Odontologia em todo território nacional

- Supervisionar a ética odontológica;
- Zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;
- Contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais;
- Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia com a promoção e a utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- Defender o livre e correto exercício da profissão de cirurgião-dentista e outras afins;
- Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética Profissional;
- Funcionar como órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses profissionais da Odontologia.



Em atendimento as finalidades, o CFO exerce as funções:



Missão

A supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerce legalmente

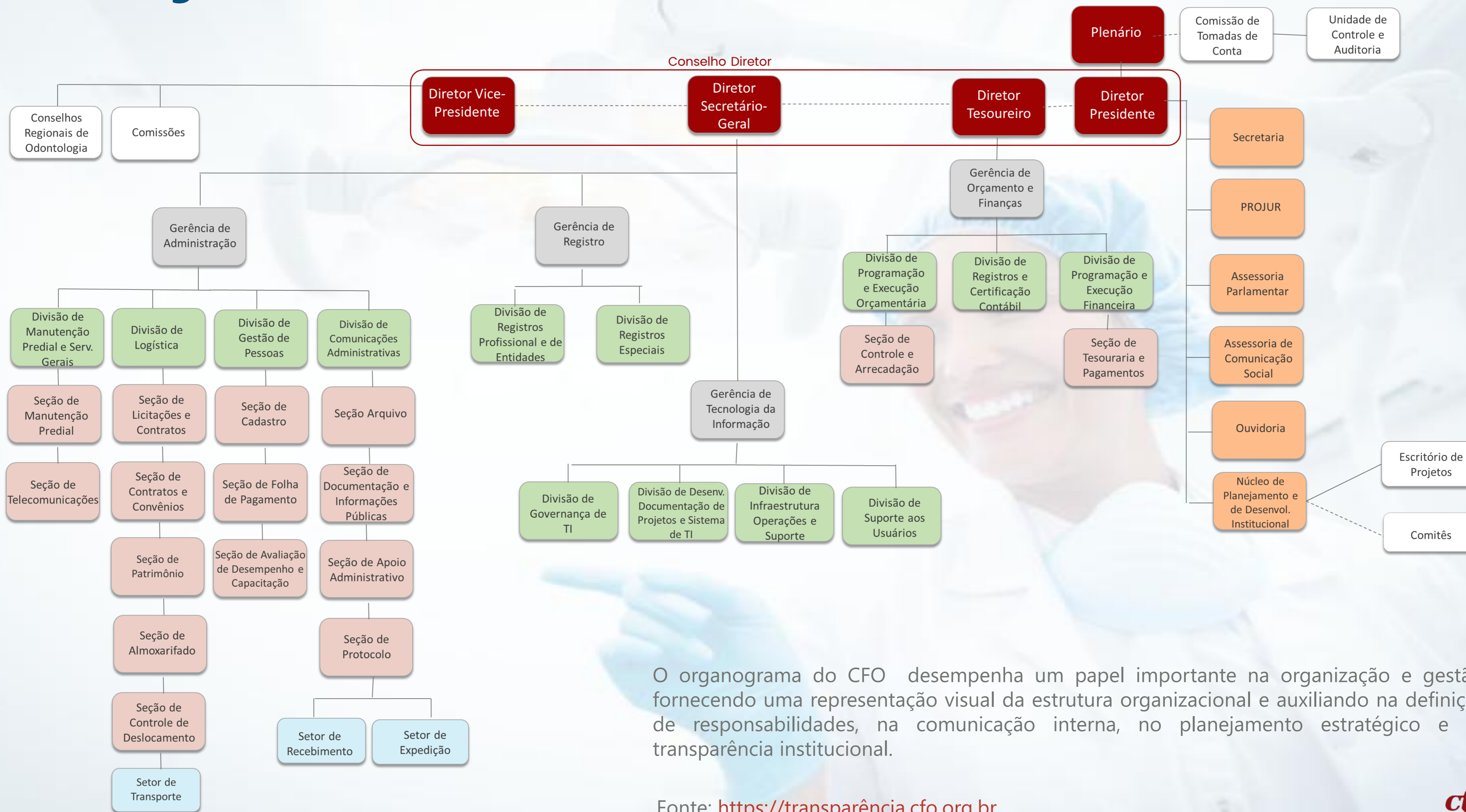
Visão

Ser entidade reconhecida pela sociedade e pelos profissionais pela sua contribuição e liderança nas questões relacionadas com a Saúde e a Odontologia, por meio de ações de valorização do profissional, pelo estímulo à conduta ética e pelo aprimoramento contínuo em benefício da sociedade

Valores

- ✓ Legalidade
- ✓ Impessoalidade
- ✓ Moralidade
- ✓ Publicidade e Eficiência
- ✓ Comportamento Ético
- ✓ Excelência
- ✓ Aprimoramento Contínuo

Estrutura Organizacional do CFO



O organograma do CFO desempenha um papel importante na organização e gestão, fornecendo uma representação visual da estrutura organizacional e auxiliando na definição de responsabilidades, na comunicação interna, no planejamento estratégico e na transparência institucional.

Fonte: <https://transparência.cfo.org.br>

Composição

O Conselho Federal de Odontologia é constituído por 9 (nove) membros efetivos e 9 (nove) Suplentes, designados pelo título de Conselheiros, todos de nacionalidade brasileira, com mandato trienal, eleitos na forma prevista em Regimento Próprio, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em Assembleia de Delegados dos Conselhos Regionais.

As Comissões Permanentes do CFO são grupos de apoio técnico, conforme especificidades e temáticas delimitadas em atos normativos, responsáveis pela instrução das proposituras, trazendo para os respectivos processos as orientações técnicas e documentos esclarecedores referentes aos assuntos da Odontologia.

Gestão 08/12/2021 a 07/12/2024

**Conselheiros Federais Efetivos
Gestão 2021 a 2024**

- Juliano do Vale – Presidente
- Raimundo Nazareno de Souza Ávila – Vice-Presidente
- Claudio Yukio Miyake - Secretário-Geral
- Luiz Evaristo Volpato – Tesoureiro
- Ataíde Mendes Aires
- Élio Silva Lucas
- Jairo Santos Oliveira
- Gláucio de Moraes e Silva
- Tessa de Lucena Botelho
- Outair Bastazini (*In Memoriam*)

**Conselheiros Federais Suplentes
Gestão 2021 a 2024**

- Anderson Lessa Siqueira
- Bianca Soares Zambiasi
- Gilmar Trevizan
- Isabelly Lemos Basto de Oliveira Rosas
- João Batista Figueiredo Franco
- Ricardo Manoel Lourenço
- Roberto de Sousa Pires
- Samir Najjar

Gestão 08/12/2021 a 07/12/2024

<p>Saúde Suplementar</p> <ul style="list-style-type: none"> Ricardo Martinez Camolesi Marcos Henrique da Silva Santos Saulo de Tarso Boaventura Borges Marcelo Costa César 	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> Maria Helena Monteiro Mioto Romildo José Siqueira Bringel Maria Celeste Morita Maurício Barriviera Vânia Regina C. Fontanella 	<p>Ensino – 1ª Câmara</p> <ul style="list-style-type: none"> Tessa de Lucena Botelho Patrícia Meira Bento Tito Marcel Lima Santos Rafael Lacerda Zandoná Cláudio Roberto Pacheco Jodas 	<p>Ensino – 2ª Câmara</p> <ul style="list-style-type: none"> Ataíde Mendes Aires Júlio Cesar Leite da Silva Eduardo Esberard Favilla Andreia Cristina Leal Figueiredo 	<p>Legislação</p> <ul style="list-style-type: none"> Roberto de Sousa Pires Diego Bruno Pinho do Nascimento Gustavo Barbalho Guedes Emiliano Mauro Machado do Prado Marcondes Martins da Silva Junior Maurício Gurvitz Burd Marcos Antonio Florencio 	<p>Educação</p> <p>Medalha de Honra ao Mérito Odontológico Nacional</p> <ul style="list-style-type: none"> João Batista Figueiredo Franco Regina Maria de Moura Moreira Nasser Hussein Fares Carla Maria Soares Ferreira Hermes Jossandra Prado Lopes da Silva Fabiana Moura da Motta Silveira Evandro Silveira Balen
<p>Mercosul</p> <ul style="list-style-type: none"> Gilmar Trevizan Bianca Soares Zambiasi Wilson Adriani Junior 	<p>Odontologia Hospitalar</p> <ul style="list-style-type: none"> Keller de Martini Perla Azize Assayag Jaqueline Webster Alessandra Figueiredo de Souza 	<p>Políticas Públicas de Saúde Prêmio Nacional CFO de Saúde Bucal</p> <ul style="list-style-type: none"> Rafael Gomes Ditterich Cleson Oliveira de Moura Edmilson Silva Diniz Filho Aldenísia Alves Albuquerque José de Figueiredo Loureiro Junior Marco Antônio Manfredini 	<p>Acompanhamento e Monitoramento de Fiscalização Sistema CFO/CROs</p> <ul style="list-style-type: none"> Élio Silva Lucas Joaquim Oliveira Pimentel Anderson Lessa Siqueira 	<p>Patrimônio</p> <ul style="list-style-type: none"> Gláucio de Moraes e Silva Samir Najjar Fernanda Christina Marcolino Markceller de Carvalho Bressan Jackson Pacini Júnior 	<p>Parlamentar</p> <ul style="list-style-type: none"> Ricardo Manoel Lourenço Adriana Gato da Silva Diego Augusto Pretto Sérgio de Sá Pires Sandro Marco Stefanini Eduardo Borges Neiva Ferro Luiz Henrique Pacheco Rodrigues Paulo Alceu Avila Ramos Samir Najjar Marcos Rodrigues Pinchiarri José Antônio Kachan Júnior Braz Antunes Mattos Neto

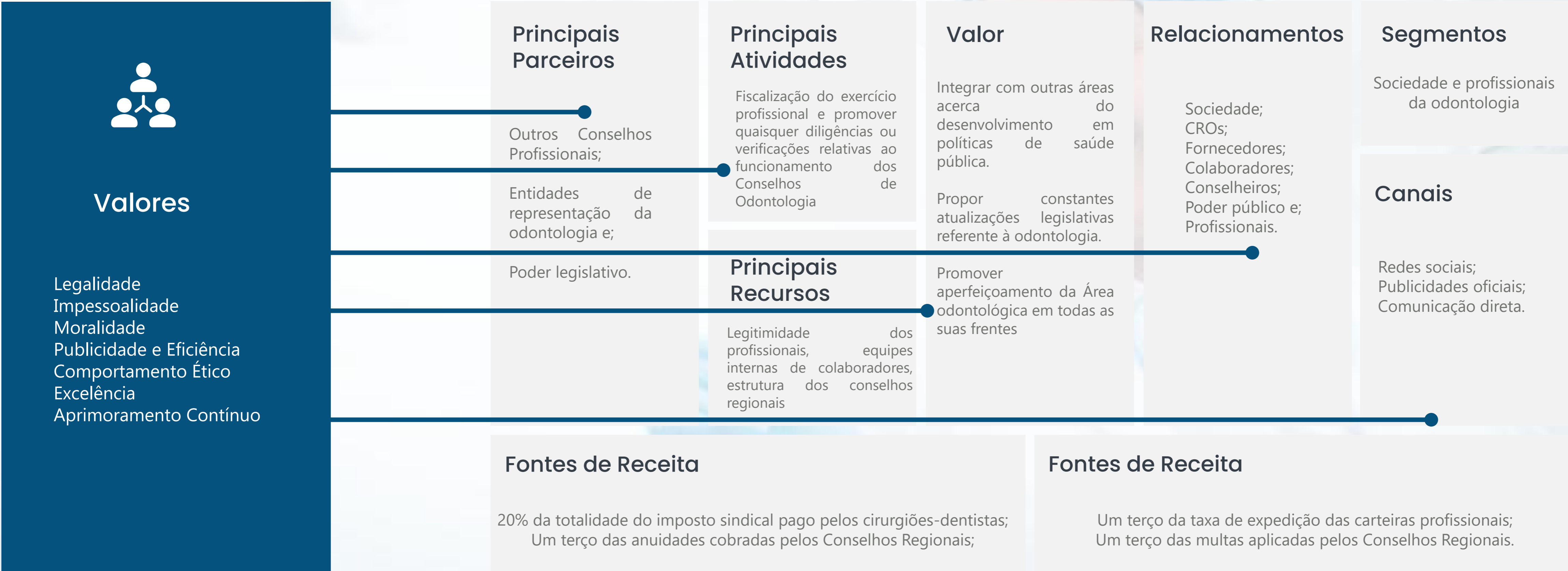
Gestão 08/12/2024 a 07/12/2027

<p>Conselheiros Federais Efetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> Claudio Yukio Miyake - Presidente Raimundo Nazareno de Souza Ávila - Vice-Presidente Roberto de Sousa Pires - Secretário-Geral Élio Silva Lucas - Tesoureiro Ataíde Mendes Aires Anderson Lessa Siqueira Gláucio de Moraes e Silva Jairo Santos Oliveira Samir Najjar 	<p>Conselheiros Federais Suplentes</p> <ul style="list-style-type: none"> Bianca Soares Zambiasi Eduardo Borges Neiva Ferro Eduardo Esberard Favilla Gilmar Trevizan João Batista Figueiredo Franco Romildo Jose De Siqueira Bringel Sandra Regina Pereira Silvestre
--	--

<https://website.cfo.org.br/plenario/>

Modelo de Negócio

O modelo de negócios é crucial para entender como uma entidade cria, entrega e captura valor, descrevendo de forma clara e concisa como gera receita, quais são seus principais recursos e atividades, como é estruturada sua relação com clientes e parceiros representando assim, um conjunto de atividades desempenhadas visando trazer resultados efetivos em sua supervisão da ética profissional em todo o território nacional.



Comunicação

O setor de comunicação do Conselho Federal de Odontologia tem como objetivo estabelecer uma comunicação eficaz entre o Conselho e a classe odontológica, visando divulgar informações cruciais, compreender as necessidades da categoria e subsidiar a diretoria para as decisões administrativas. Além disso, a comunicação, sempre que necessário, divulga informações importantes para a população em geral, sempre tendo em vista os principais objetivos do Sistema Conselhos, regulamentação e fiscalização da ética e do exercício legal das profissões vinculadas a Odontologia.

O planejamento de comunicação é estruturado para potencializar a presença digital, aprimorar o relacionamento com os profissionais da Odontologia e fortalecer a interação com a imprensa. Durante o ano de 2024, a Comunicação do Conselho atuou para divulgar diversos serviços, eventos e ações planejadas pelo CFO com foco em promover a ética e fiscalização, além de apoiar a divulgação de conhecimento e a melhoria na estrutura administrativa dos Conselhos como forma de suporte ao trabalho dos regionais. Também foi realizado um trabalho objetivando divulgar a relevância da valorização da Odontologia e da união da classe em prol de temas vinculados à Odontologia.

Em 2024, o CFO priorizou temas como a valorização do piso salarial da Odontologia, a realização do Exame de Proficiência – tornando-se o primeiro conselho da saúde a implementar essa iniciativa –, a internacionalização da Odontologia, a divulgação de conteúdos científicos e éticos por meio do projeto CFO Esclarece, a cobertura de reuniões e eventos institucionais e a comemoração dos 60 anos do Conselho. Essas ações foram amplamente comunicadas por meio de redes sociais, site institucional, assessoria de imprensa, podcasts, vídeos e atendimento aos profissionais. Além disso, o CFO intensificou sua atuação na defesa da qualidade do ensino odontológico, com foco na campanha contra a autorização do ensino a distância (EAD) na graduação.



No Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (CIOSP) 2024, o CFO consolidou uma nova ferramenta de informação: o CFO Esclarece. Lançado em 2023, o projeto tem como objetivo abordar os mais

diversos temas da Odontologia por meio de matérias, podcasts, vídeos e outras informações, contando com a participação de professores, colaboradores e convidados. Com uma abordagem dinâmica e acessível, o CFO Esclarece está disponível em diversos formatos para alcançar o máximo de profissionais e interessados. O conteúdo pode ser acessado nas redes sociais, no site do Conselho Federal, em materiais impressos, no YouTube e nas plataformas de podcast, como Spotify e Google Podcasts

Uma forma de comunicação efetiva entre o inscrito e o CFO que se destaca por sua oferta de atendimento personalizado, o que resulta em maior celeridade na resolução das demandas, é a Central de Atendimento à Odontologia (CAO). Em 2024 foram realizados 22.159 mil atendimentos por meio do 0800 e chat, oferecendo sempre a resolução no menor período de tempo possível.



Para o próximo ano, a comunicação do CFO seguirá focada na produção de conteúdos informativos sobre ética, ciência e valorização profissional, ampliando aprofundando ações estratégicas na imprensa e redes sociais. As estratégias incluem:

- ✓ Expansão da produção de conteúdo para mídias tradicionais e digitais;
- ✓ Fortalecimento do relacionamento com a imprensa, buscando espaço em veículos de grande alcance;
- ✓ Aprofundamento do uso de novas tecnologias para atendimento aos inscritos;
- ✓ Consolidação da presença nas redes sociais, com a diversificação e intensificação na produção conteúdos de interesse da classe.

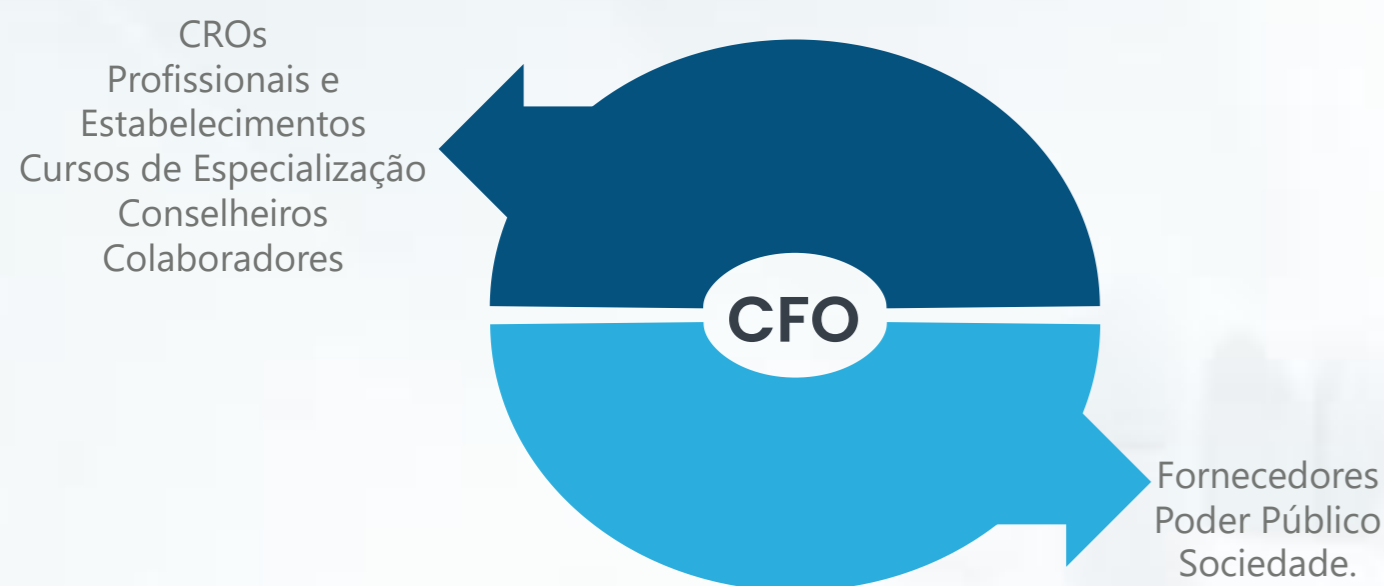
Nossos números nas Redes Sociais

02

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

- *Partes Interessadas, Cadeia de Valor e Objetivos Estratégicos*
- *Análise de SWOT*
- *Gerenciamento de Riscos*
- *Evolução da Odontologia*

Partes Interessadas, Cadeia de Valor e Objetivos Estratégicos

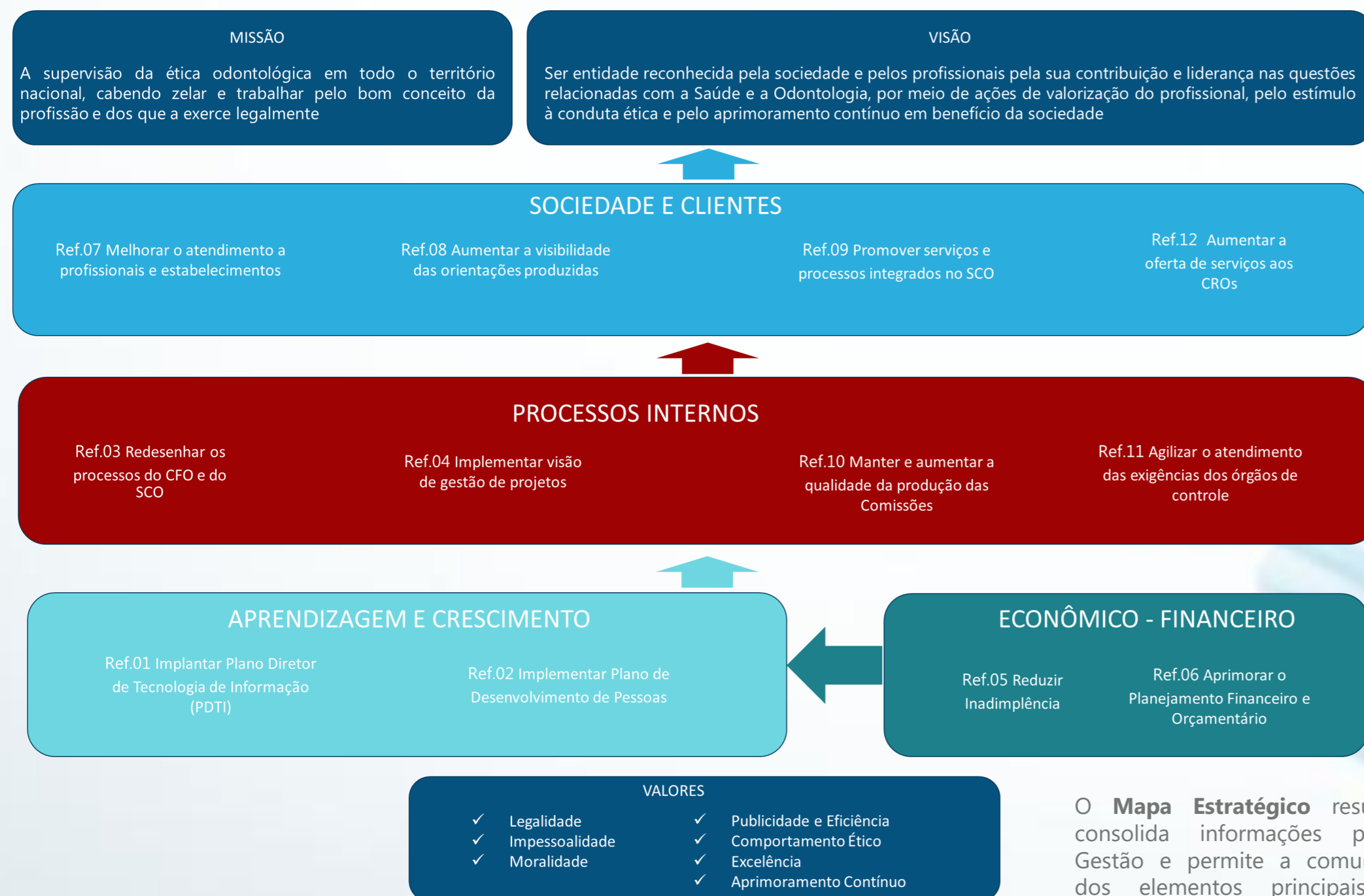


PARTES INTERESSADAS são aquelas que se relacionam diretamente ou indiretamente com a organização e cujas atividades são mutuamente afetadas, positiva ou negativamente, em razão desse relacionamento. Desta forma, é possível identificar pessoas e organizações que podem impactar, ser sensibilizados ou ainda perceber-se envolvidos, pelas ações ou decisões do CFO.

As partes interessadas foram estabelecidas, validadas e classificadas a partir do posicionamento estratégico definido pela diretoria do Conselho.

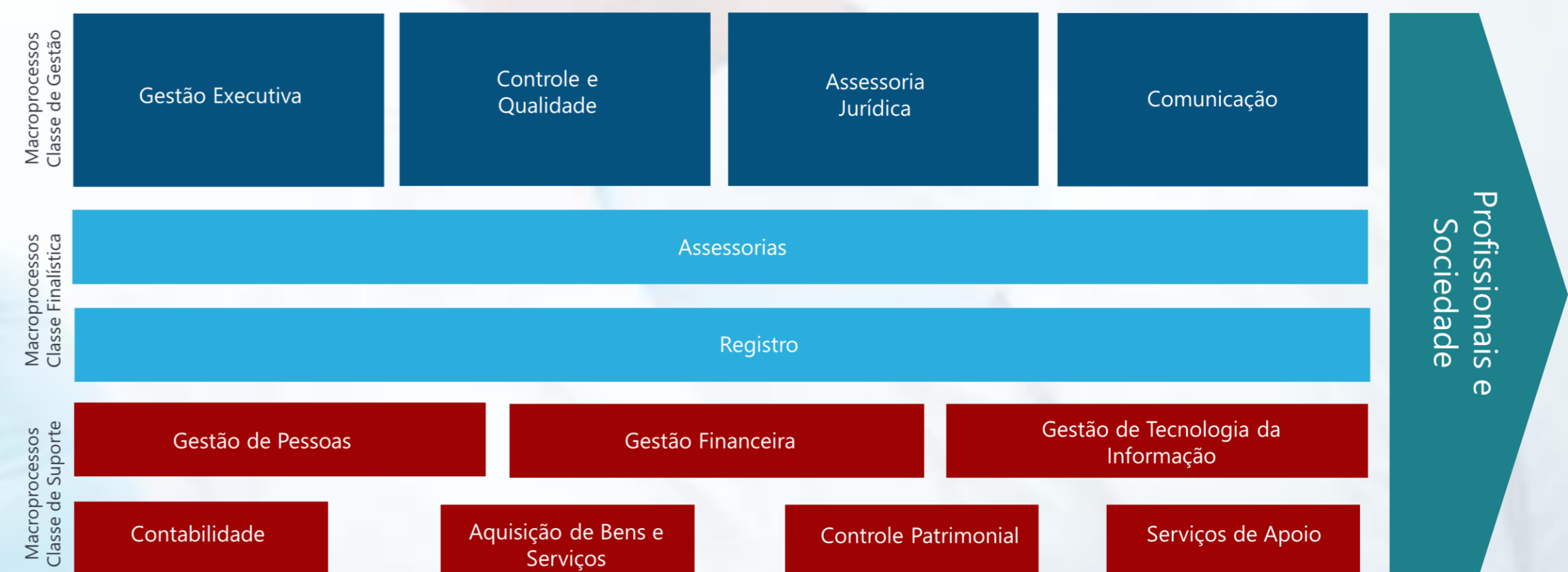
O objetivo é promover conexões que visem fortalecer a atuação voltada à valorização, desenvolvimento e fortalecimento da profissão, contribuindo na elaboração de políticas para a saúde única e proteção da sociedade.

Os **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** detalham a Estratégia definida para a organização. Eles são relacionados com os Indicadores e Metas para construir o BSC, ou seja, a lista de indicadores de Desempenho Balanceados e alinhados com a Estratégia.



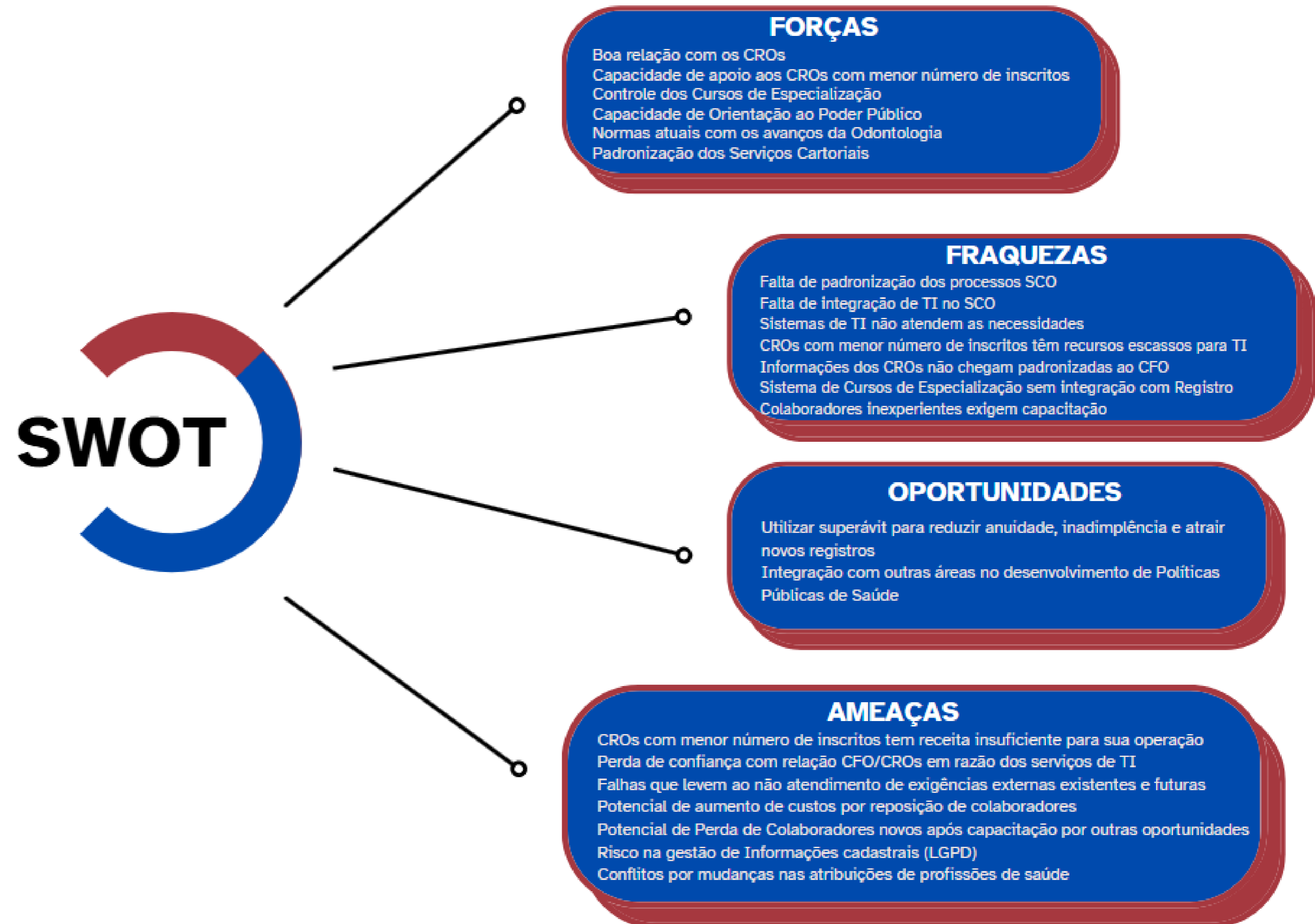
O **Mapa Estratégico** resume e consolida informações para a Gestão e permite a comunicação dos elementos principais para alinhamento das ações na Autarquia.

A **CADEIA DE VALOR** representa o conjunto de processos realizados no CFO, de uma forma gráfica demonstra como as atividades são desenvolvidas pela Autarquia para gerar valor ao seu público de interesse. Demonstra os objetivos da missão, a estratégia operacional visando atingir os processos gerenciais, de suporte e finalísticos. E sinaliza onde órgão quer chegar ao final da cadeia, por meio da sua visão, buscando sempre gerar valores aos profissionais e sociedade.



Análise de Swot

Essa técnica levanta informações sobre o Ambiente Interno da organização, por meio de suas competências, capacidades e recursos, identificando aspectos positivos e negativos, classificando respectivamente como Forças (*Strength*) ou Fraquezas (*Weakness*) a serem consideradas quando da construção de estratégias organizacionais. As informações sobre o Ambiente Externo são levantadas seguindo um procedimento similar, identificando situações atuais e futuras no contexto da organização, classificando-as respectivamente como Oportunidades (*Opportunities*) ou Ameaças (*Threats*). A análise conjunta permite fazer um diagnóstico das situações e capacidades da organização e orienta a definição de estratégias e seus objetivos, como forma de aproveitar os pontos positivos e reduzir os efeitos dos pontos negativos identificados na análise. Neste Plano Estratégico, cada situação considerada no Diagnóstico Organizacional é organizada com base na classificação SWOT, indicando tema geral e parte interessada relacionada a ela.



Linhas de Defesa



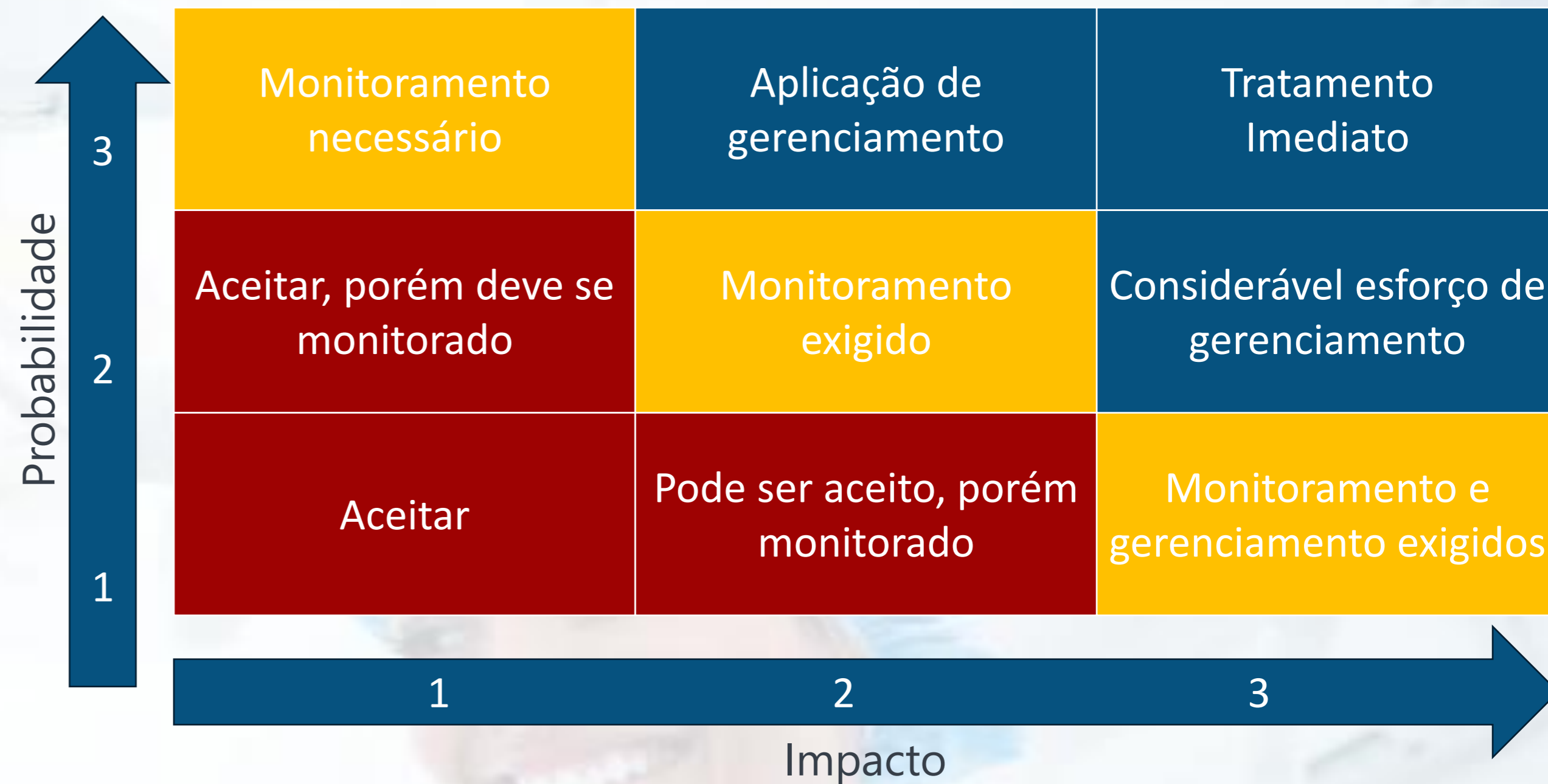
As 3 linhas de defesa constituem uma ferramenta de controle e proteção está diretamente relacionado à prática de controles internos, e serve de auxílio na identificação de estruturas e processos que atuam no atingimento dos objetivos, visando mitigar riscos e impactos na execução da missão organizacional. Para alcance dos objetivos estratégicos é fundamental estabelecer linhas de defesa.

A Primeira linha de defesa é formada pelos gestores que controlam sua área de atuação gerenciando os riscos e são responsáveis por implementar ações para corrigir deficiências e processos.

A Segunda linha de defesa supervisiona conformidade promovendo o desenvolvimento e controlando as atividades dos setores do CFO, por intermédio da Superintendência, Ouvidoria e Comissão de Tomada de Contas.

A Terceira linha de defesa integrada pela unidade de controle interno da Autarquia e pela auditoria.

GESTÃO DE RISCO



O CFO está em fase de definição dos atos administrativos necessários para a gestão de riscos da autarquia. Estava previsto para o segundo semestre de 2024 o início das atividades, pois devido a implantação de módulos de sistemas para gestão das atividades meio tivemos a necessidade de replanejar a atividade. Para um resultado positivo é importante uma equipe dedicada, em sinergia, para iniciar o processo de sensibilização e capacitação, envolvendo todos os atores da organização (alta administração, gestores e colaboradores) na mitigação de riscos.

A parte inicial de mapeamento de processos, importante etapa para a gestão de riscos, teve início em 2019 e encontra-se em fase de atualização devido as melhorias implementadas na autarquia, baseando-se na implementação de sistema informatizado visando celeridade nas atividades, bem como a rastreabilidade.

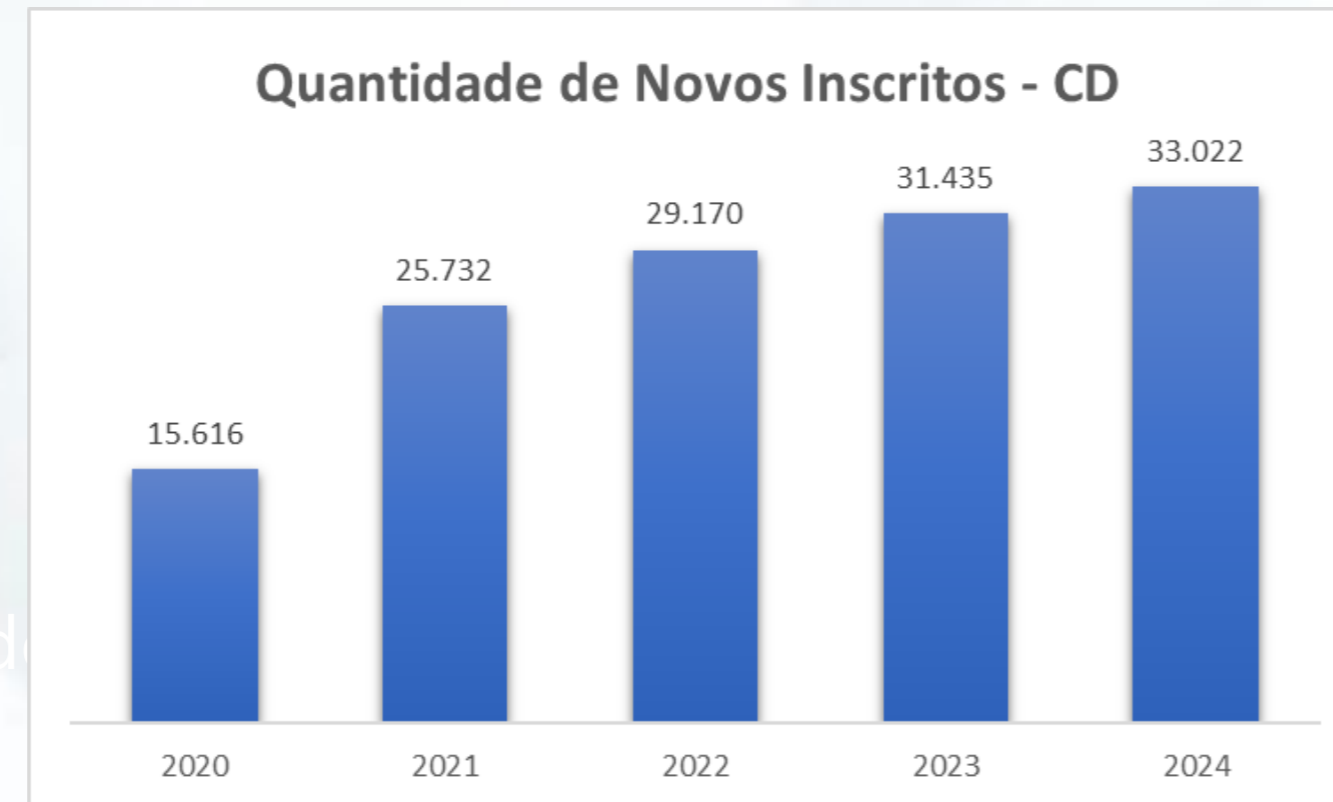
Deve consolidar-se em 2025, a identificação dos riscos considerando todas as áreas de atuação do CFO. Importante destacar que CFO participou do e-Prevenção, integrante do "Programa Nacional de Prevenção à Corrupção", uma iniciativa das Redes de Controle do Governo Federal nos estados e que tem por objetivo auxiliar os gestores a disporem de maior segurança para tomada de decisões, avaliando o desempenho da organização quanto à aderência às boas práticas de prevenção à fraude e à corrupção apresentando resultado de risco baixo e impacto básico.

Evolução da Odontologia

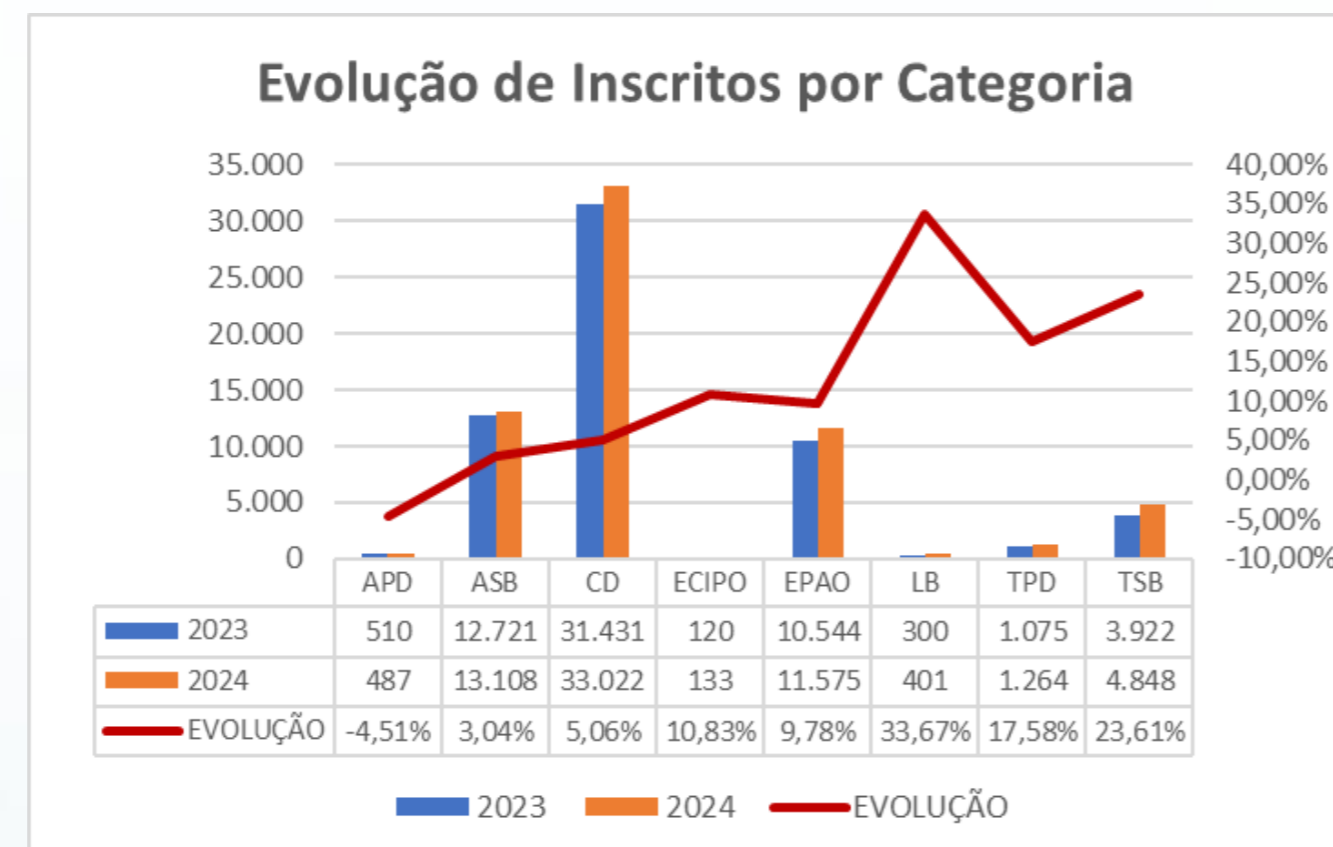
O Início do movimento da Odontologia brasileira ocorreu em 1960, que teve como meta a criação dos Conselhos de Odontologia. À época existia o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia (SNFO), que enviou ao Ministério da Saúde uma minuta de projeto de lei, que teve a melhor das acolhidas. Através da Exposição de Motivos nº 185, de 31 de agosto de 1960, o tema foi submetido à apreciação do então Presidente da República, João Goulart.

O Poder Executivo, com a Mensagem nº 357, de 27 de setembro de 1960, encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, que, após tramitação normal, foi convertido na Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964.

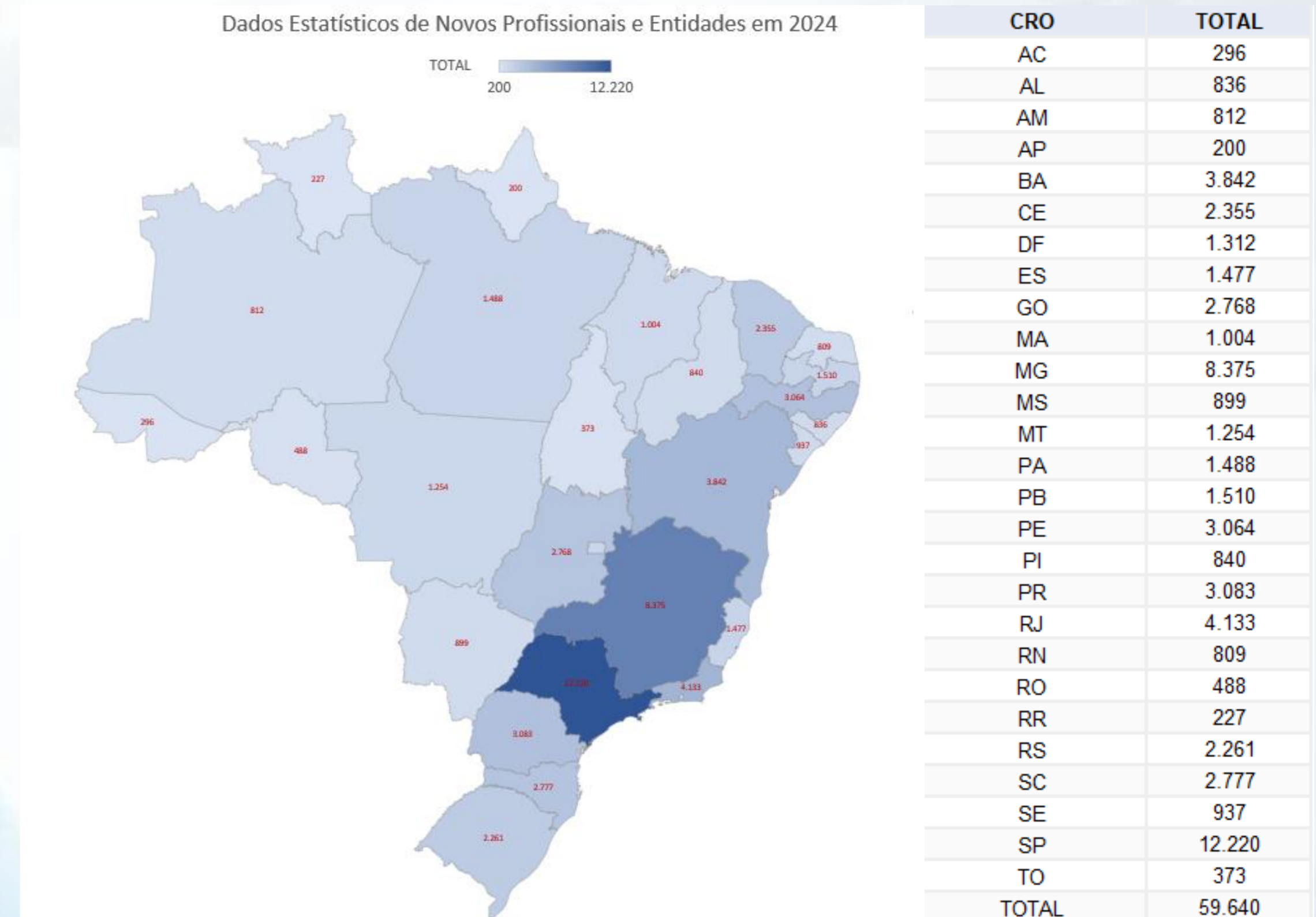
Para conhecer mais sobre o movimento da Odontologia brasileira acesse <https://website.cfo.org.br/historico/>



No gráfico acima é possível observar o crescimento do número de Cirurgiões Dentistas nos últimos 5 exercícios.



O quantitativo de inscritos por categoria nos anos de 2023 e 2024 teve um crescimento de 6,95%.



03

Governança, Estratégicas e Desempenho

- *Estrutura de Governança*
- *Ações de Supervisão, Controle e Correção*
- *Desempenho*

Estrutura CFO

Estrutura CFO

Órgão Deliberativo: Plenário

Órgãos Deliberativos específicos: Assembleia Conjunta e Grande Plenário

Órgãos Deliberativo-Executivos: Diretoria e Conselhos Regionais de Odontologia

Órgãos Complementares: Comissões e representações de caráter permanente e Superintendência Executiva

Órgãos Técnicos: Consultorias, Assessorias e Comissões específicas, dentre estas, aquelas constituídas por profissionais auxiliares

Órgãos Auxiliares: Gerências, Departamentos, Setores administrativos, Delegacias e Escritórios

A administração do Conselho Federal de odontologia é exercida por uma Diretoria, com mandato trienal, composta de um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário-Geral e um Tesoureiro, eleitos, também, por escrutínio secreto e maioria de votos, pelos membros efetivos, e dentre eles escolhidos.

Instâncias de Governança

De acordo com o Regimento Interno a governança do CFO é a instância estratégica e decisória da Autarquia, responsável por regulamentar, avaliar, direcionar e monitorar internamente, composta pelo Plenário, Diretoria e Comissões.

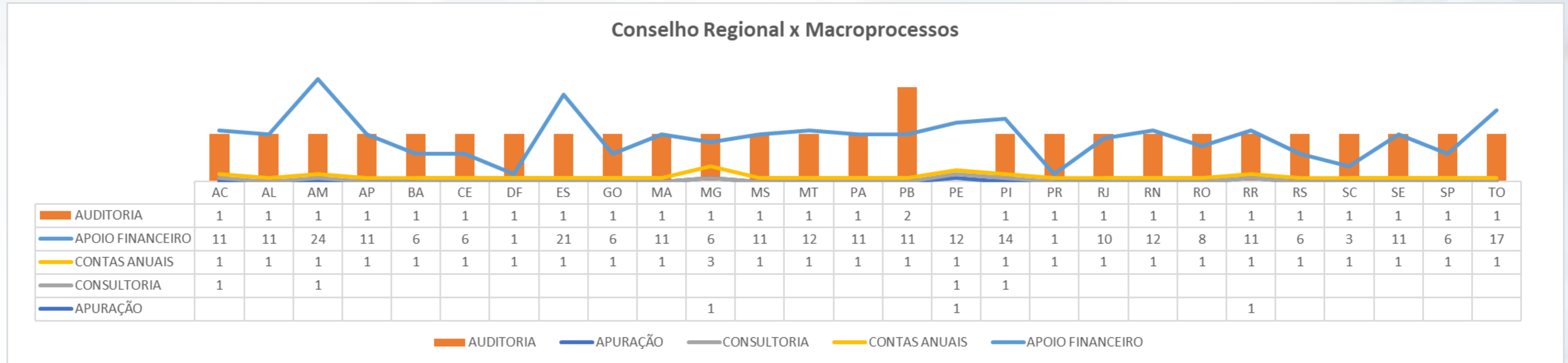
A gestão operacional é responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio.

A gestão tática, por sua vez representada pela Superintendência Executiva, é responsável por coordenar, realizar a comunicação entre as partes internas e externas à administração, avaliação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos.



Setor de Auditoria

O Setor de Auditoria Interna do Conselho Federal de Odontologia – SEAUD/CFO realizou as atividades previstas no planejamento para o exercício de 2024, pautado nas atribuições estatutárias do CFO, em observância aos dispositivos legais e normativos internos. As atividades desenvolvidas são executadas com independência, integridade e objetividade, de forma a auxiliar a tomada de decisões da Diretoria do Conselho Federal.



Em 2024, a Auditoria Interna do CFO desempenhou papel fundamental em atividades voltadas à avaliação operacional, financeira e de conformidade, bem como à apuração e ao monitoramento das ações realizadas pelos Conselhos Regionais.

Dentre as principais iniciativas, destacaram-se a execução de auditorias internas, a avaliação das prestações de contas anuais e o acompanhamento sistemático dos programas de apoio financeiro (PROMAC, PROFIS, PROINFRA e Dia do Dentista).

Ao todo, foram abertos 133 processos de auditoria que resultaram na emissão de 333 relatórios técnicos, que forneceram orientações estratégicas, identificaram oportunidades de melhorias e recomendaram correções pontuais, contribuindo diretamente para o fortalecimento do controle interno e promovendo maior eficiência e transparência nos processos administrativos e financeiros dos regionais.

As atividades e exames realizados pelo Setor de Auditoria para a análise das Prestações de Contas Anuais dos Conselhos Regionais de Odontologia abrangem avaliação do cumprimento integral da obrigação de prestar contas nos moldes e prazos estabelecidos na Resolução CFO nº 243/2022.

As Auditorias Internas nos Conselhos Regionais tiveram como objetivo geral obter conhecimento inicial e avaliar o nível dos controles internos, aderência à legislação aplicável, avaliar os processos de trabalhos existentes e auxiliar no aprimoramento do ambiente de controle interno, bem como das informações contábeis, financeiras e operacionais da entidade, inerentes às atividades desenvolvidas pelo Conselho Regional. Os trabalhos desenvolvidos buscam, também, prestar assessoramento à alta administração do Conselho Regional e Federal, de forma a contemplar o desenvolvimento de ações e soluções para aprimorar o desempenho dos atos administrativos e operacionais.

Em 2024 houve um decréscimo de 10% de auditorias realizadas, em comparação ao ano de 2023.

Como apoio o Conselho Federal de Odontologia destina recursos financeiros aos Conselhos Regionais de Odontologia para o custeio de atividades de fiscalização, melhoria administrativa, reformas, ampliações e construções de sedes próprias. Atualmente, o CFO possui os programas: **PROMAC, PROFIS, PROINFRA e Dia Nacional do Cirurgião-Dentista.**

Ações Futuras:

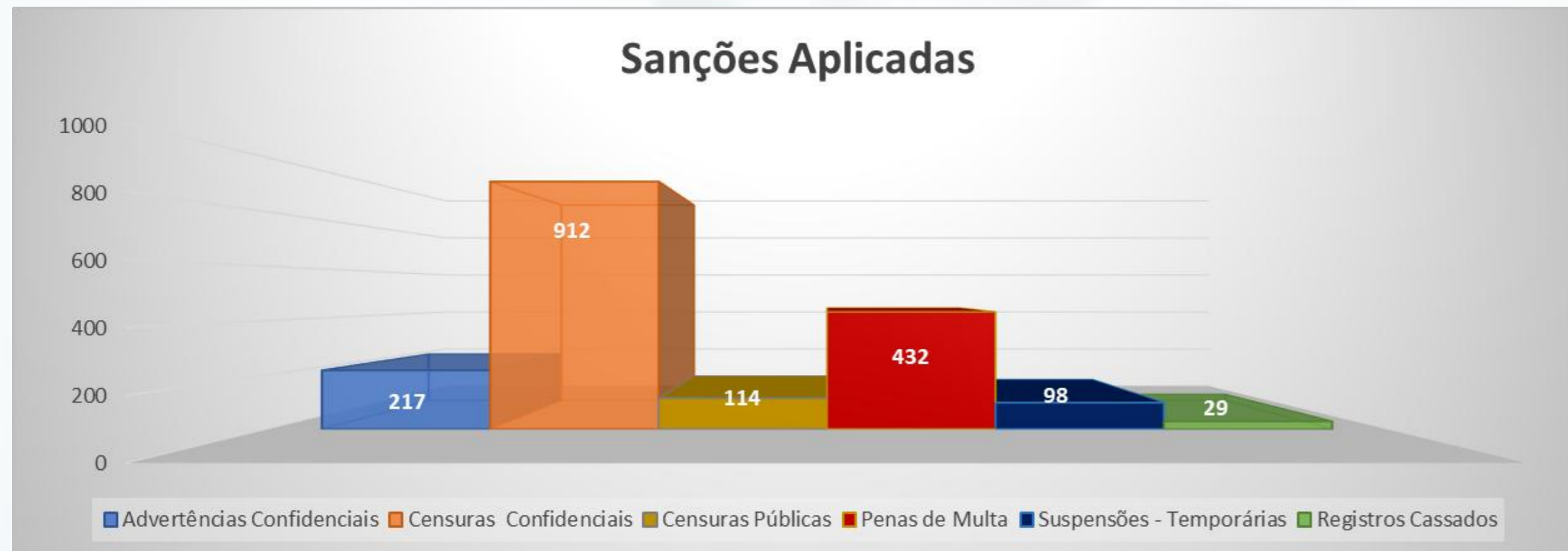
Para o exercício de 2025, prevê-se reforçar a atuação preventiva da Auditoria Interna por meio da ampliação dos trabalhos voltados à identificação e mitigação de riscos, maior rigor no acompanhamento da regularização das pendências anteriormente identificadas e aprimoramento contínuo dos procedimentos adotados. Além disso, haverá uma expansão no escopo e no alcance das auditorias relativas aos programas financeiros do CFO, assegurando ainda mais eficácia na gestão dos recursos e na governança institucional.

Setor Jurídico

O Departamento Jurídico desempenha um papel essencial para o Conselho Federal de Odontologia, garantindo que suas operações estejam em conformidade com a legislação aplicável, gerenciando riscos legais, representando-a em questões judiciais e administrativas e fornecendo assessoria legal especializada em todas as áreas de sua atuação.

Atua diretamente nas reuniões de: Sessões Plenárias e Administrativas, reuniões de Diretoria, Comissão de Tomada de Contas, Comissão Especial de Ética, Administrativas, Conselhos Regionais e ainda, junto a outras entidades (MPF, Casa Civil, TCU).

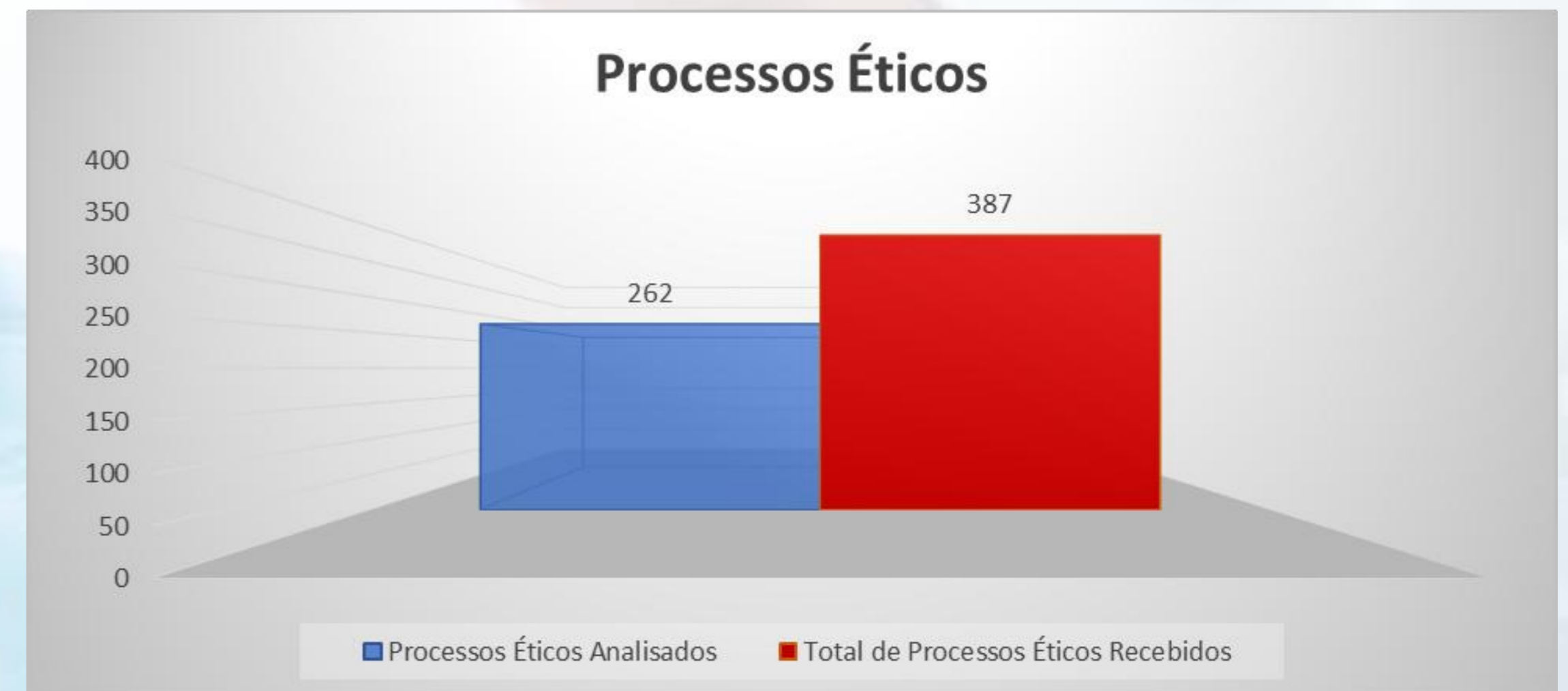
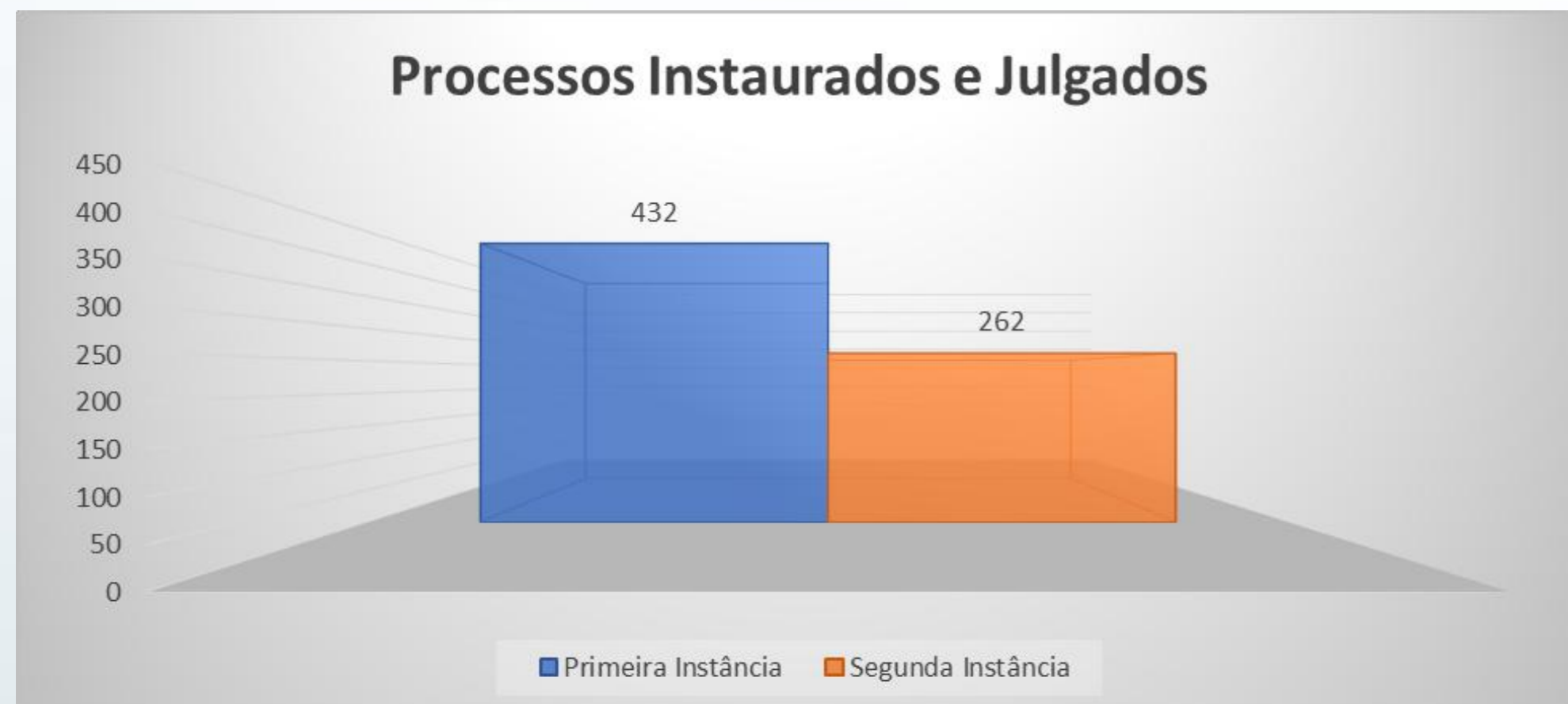
Números relativos às sanções aplicadas no ano de 2024



Os julgamentos em processos éticos, sejam aqueles em primeira instância ou em segunda instância, representam uma das atividades finalísticas do Conselho Federal de Odontologia. Como estratégia, de modo que a sociedade seja devidamente protegida, buscamos o constante aprimoramento para avaliação célere desses processos.

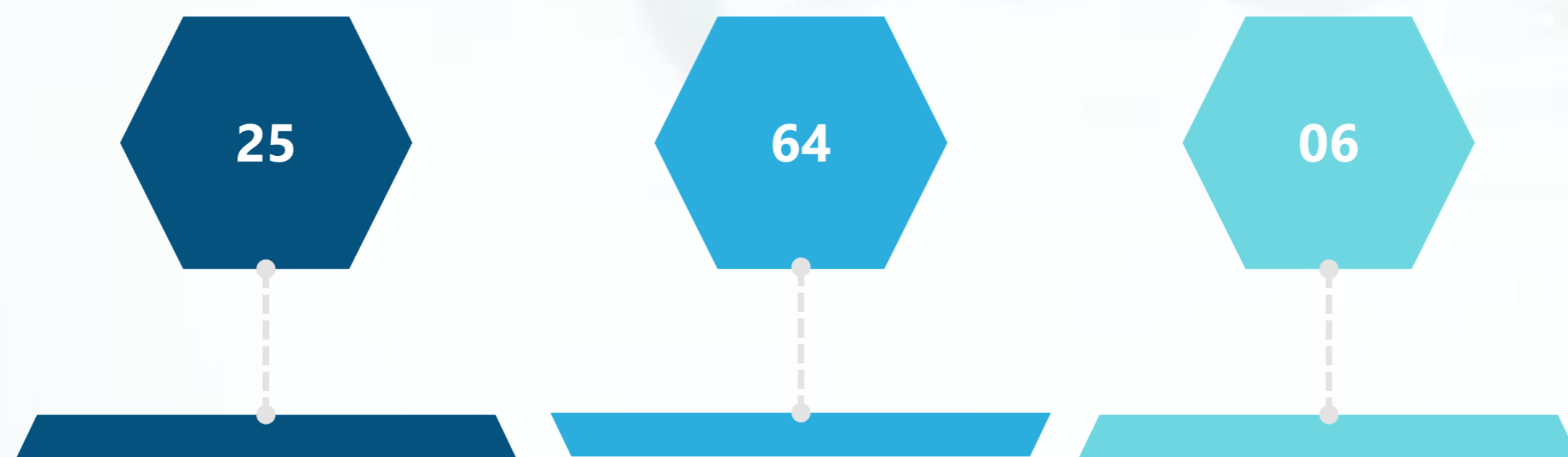
Tempo médio de análise dos processos éticos em 2024 foi de 8 (oito) meses, a contar da data do efetivo protocolo.

Números relativo ao ano de 2024



Setor Administrativo

As reuniões e assembleias são essenciais para o bom funcionamento e a governança eficaz da autarquia, proporcionando um espaço para liderança, colaboração, tomada de decisões, prestações de contas. Buscando promover a democracia interna e a participação dos membros, visando a troca de experiências, melhores práticas, debates, deliberação, negociação, construção de consenso, alinhamento de políticas e objetivos e transparência.



Decisões

Decisões são atos através dos quais a Autarquia decide sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação ou disposição regulamentar

Portarias

São atos através dos quais a Presidência dispõe dentro de sua competência sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa

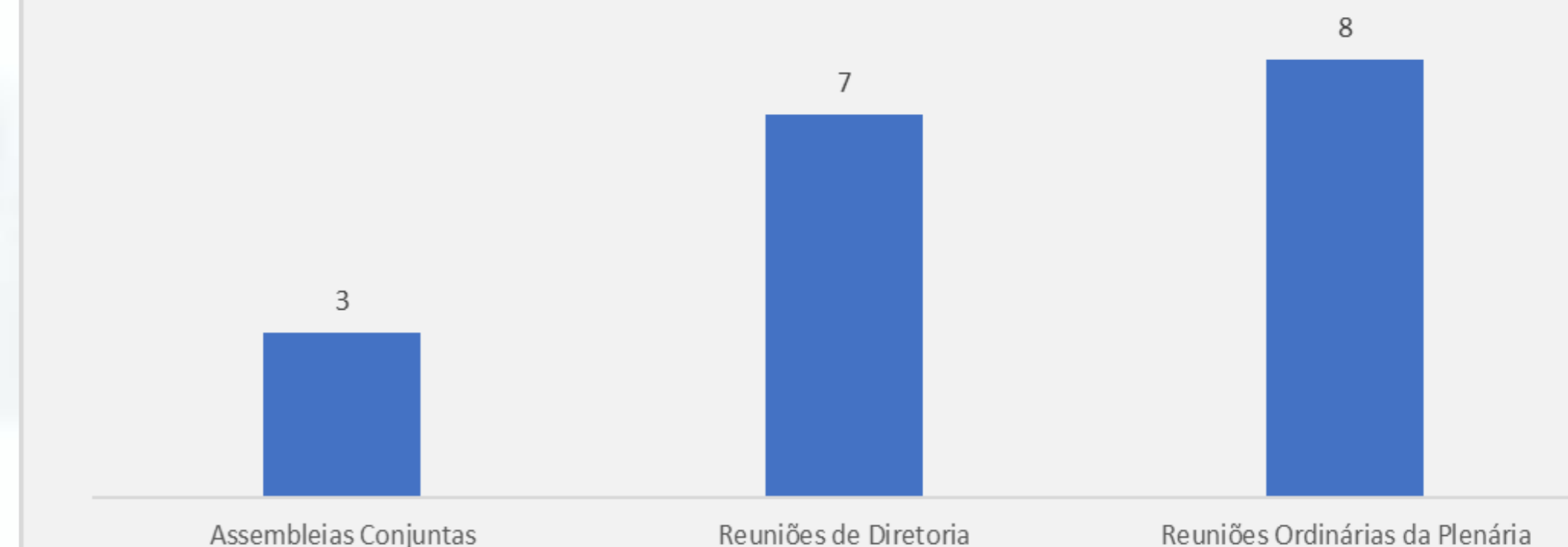
Resoluções

São atos através dos quais a Autarquia impõe ou estabelece normas de caráter geral

As decisões, Resoluções e Portarias são atos normativos que representam a exteriorização das deliberações Assembleias, Plenário e Diretoria, buscando trazer melhor padronização, esclarecimentos e transparência à classe odontológica.

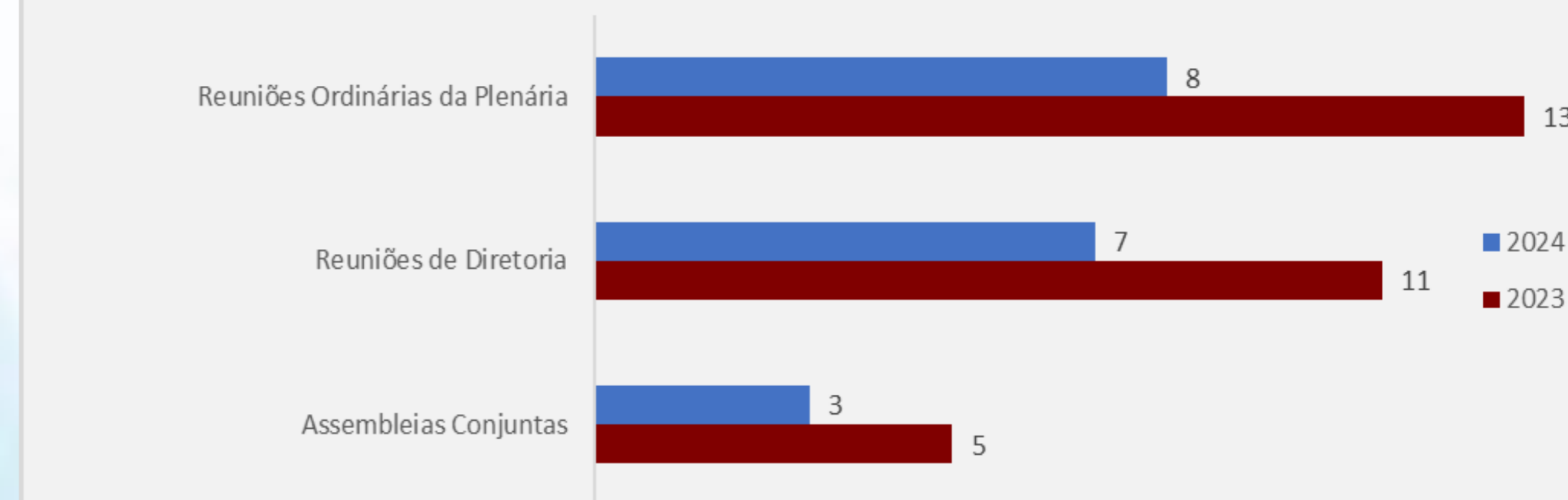
<https://transparencia.cfo.org.br/atas>

REUNIÕES REALIZADAS EM 2024



Em 2024 foram realizadas **18** (dezoito) reuniões, entre elas assembleias conjuntas, de diretoria e plenária.

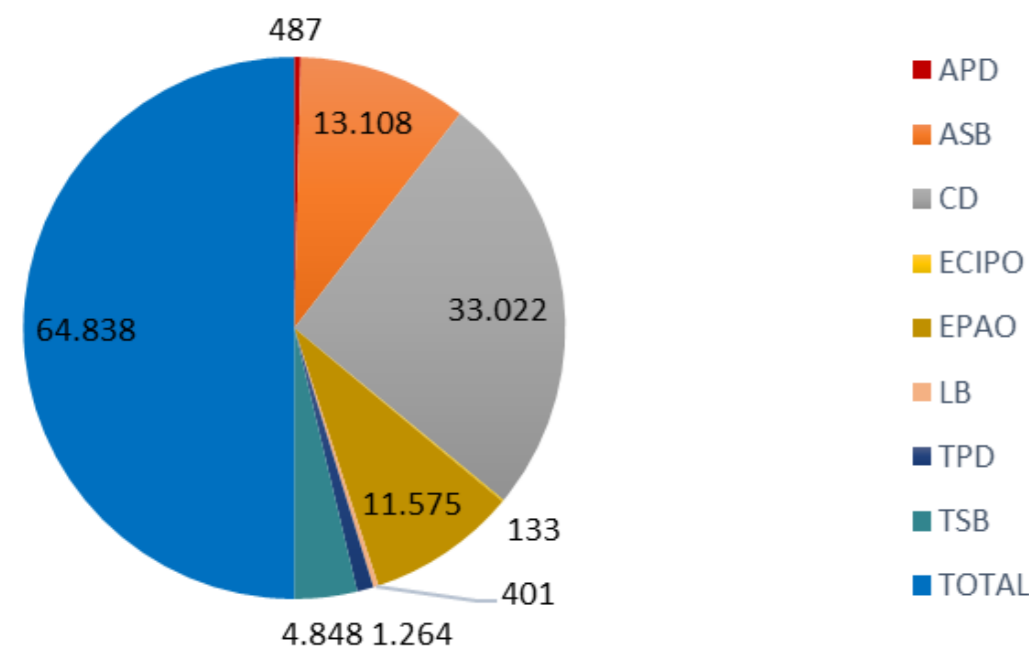
REUNIÕES REALIZADAS EM 2023 x 2024



Setor de Registro

A atividade finalística de registro de profissionais na autarquia desempenha um papel fundamental na regulação dos profissionais, garantindo a proteção do público, a qualidade dos serviços, a promoção da ética profissional e o desenvolvimento adequado das atividades relacionadas à profissão em questão. Buscando o cumprimento das normas e regulamentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Odontologia.

Quantitativo de Novos Registros em 2024

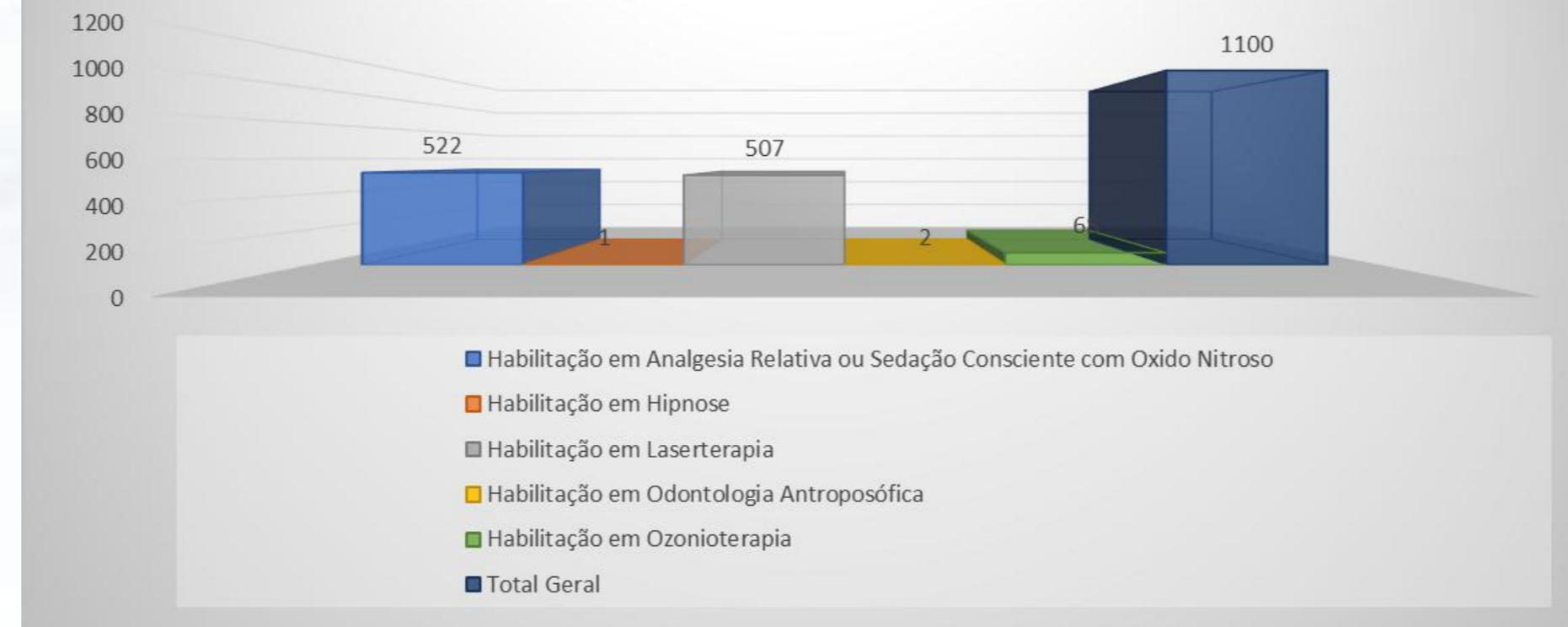


Em 2024 houve um acréscimo de 6,95% de novos registros de profissionais em comparação ao ano de 2023.

As estatísticas referente aos registros de profissionais, em todas as categorias encontram-se disponíveis no site do CFO.

<https://website.cfo.org.br/>

Quantitativo de Registros de Habilitados

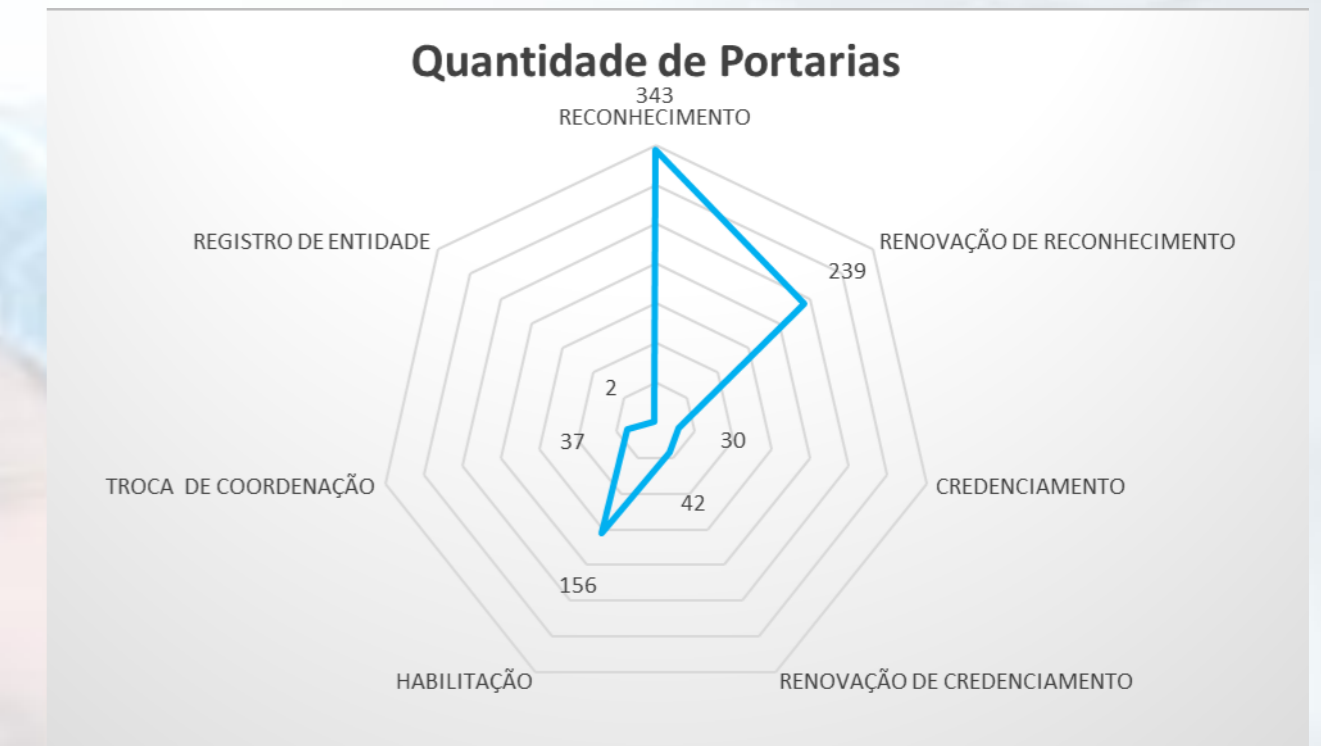


Em 2024 foram realizados 1100 novos registros de profissionais em habilitações.

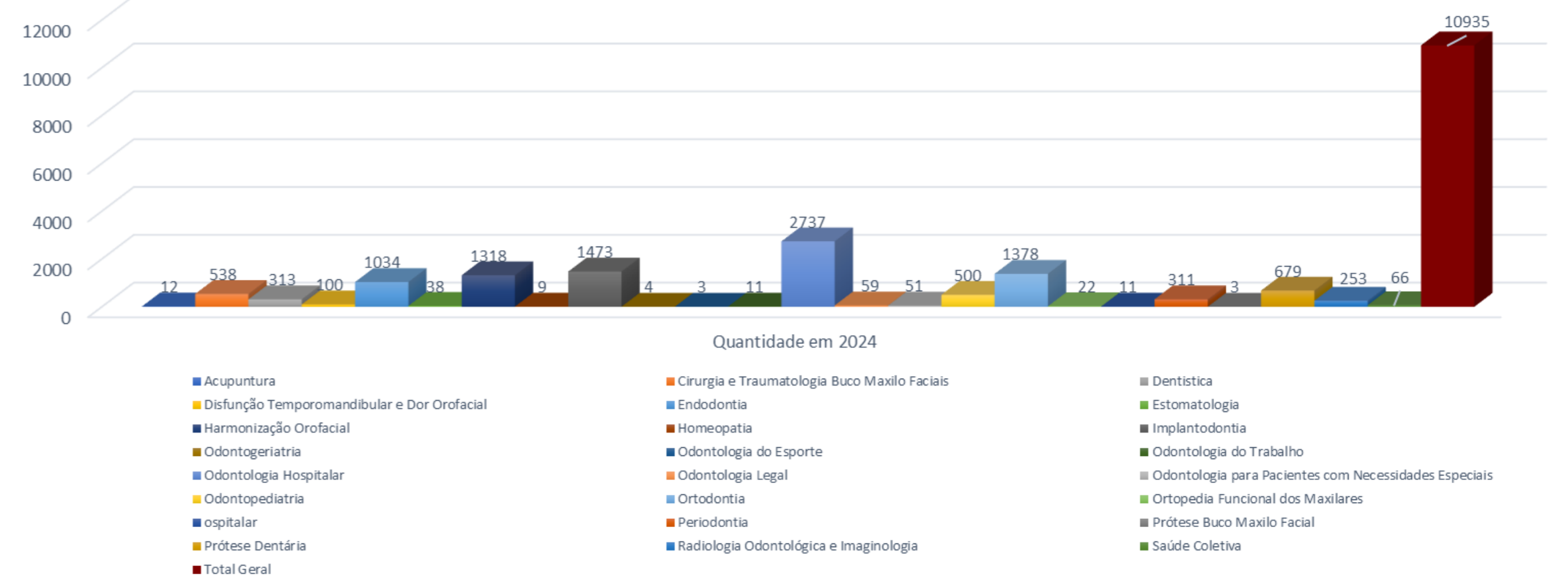
Os registros de títulos de especialistas são realizados em consonância com o disposto na Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, sendo disciplinadas por esse ato normativo as regras para cursos de especialização ministrados por Estabelecimentos de Ensino e cursos de especialização ministrados por Entidades de Classe. Internamente, cada processo de registro de título de especialista é avaliado pela equipe do Setor de Registro e Especialização, após instrução do processo pelos Conselhos Regionais de Odontologia.

Foram emitidos 849 portarias referente a credenciamento, reconhecimento de cursos de especialização e cursos de habilitação.

Quantidade de Portarias



Quantitativo de Registros de Especialistas



Considerando os números obtidos em 2023 foi identificado que houve um aumento de 73.46% de Registros de Profissionais Especialistas.

Fiscalização – Atividade Finalística

Em busca contínua do cumprimento da Missão da Autarquia o Conselho Federal desempenha papel decisivo para assegurar o bom exercício da profissão no Brasil.

Para isso, criou o Programa Nacional de Fiscalização, que prevê o planejamento, aferição de resultados e a ação integrada de fiscalização dos CROs com o CFO, além de instrumentos de apoio aos Conselhos Regionais, como sistema de fiscalização, verbas, carros e tablets para otimizar o trabalho em cada estado, que estão sendo direcionados por meio do Manual de Fiscalização. Documento, que busca padronizar condutas de fiscalização e otimizar o trabalho dos fiscais, com mais eficiência e sustentabilidade.

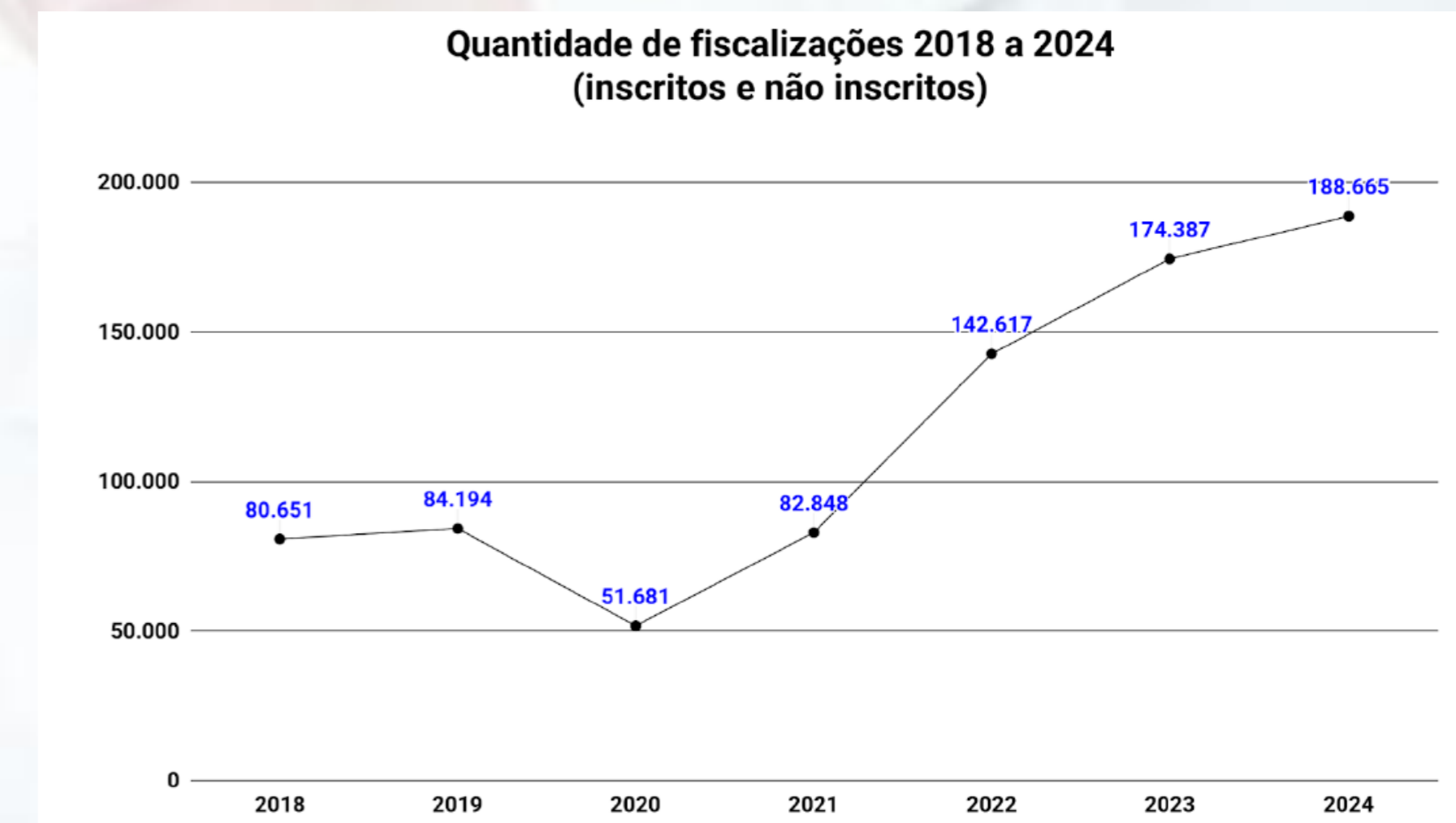


https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Manual_a5_AF_2508-1.pdf

Os números de Fiscalizações de Profissionais e Entidades vem aumentando de maneira significativa a cada ano.

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES							
Categorias	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
CD	55.704	59.248	34.300	52.078	96.751	108.458	118.442
EPAO	7.933	12.831	9.256	15.189	21.053	27.603	27.070
TPD	1.110	1.012	1.594	1.526	2.969	2.995	2.074
LB	386	658	445	779	1.187	950	715
TSB	2.490	1.645	1.308	2.594	4.239	5.676	5.692
ASB	12.551	8.335	4.598	10.306	15.763	18.887	20.614
APD	477	465	180	376	655	921	708
*PF Sem inscrição						2.338	3.312
*PJ Sem inscrição						6.559	10.038
Total Geral	80.651	84.194	51.681	82.848	142.617	174.387	188.665

Considerando a quantidade de fiscalizações realizadas em 2024 foi identificado que houve um aumento de 8.19% em comparação ao ano de 2023.



Fiscalização – Atividade Finalística

Em observância as Resoluções CFO Nº 238 e 239 de 23 de julho de 2021, o Conselho Federal de Odontologia, reportou aos CROs por meio do Ofício Circular Nº 152/2022/CFO de 03 de fevereiro de 2022 o cumprimento das informações previstas no Art. 8º da referida Resolução que trata do Relatório Anual de Fiscalização.

TOTAL FISCALIZAÇÃO DOS INSCRITOS X TOTAL DE INSCRITOS			
Ano	Total fiscalização	Total de inscritos	%
2018	80.651	540.971	14,91%
2019	84.194	567.546	14,83%
2020	51.681	604.300	8,55%
2021	82.848	636.337	13,02%
2022	142.617	674.010	21,16%
2023	165.490	729.765	22,67%
2024	175.315	772.397	22,70%

Conforme os dados recebidos dos Regionais, apurou-se que, em 2023, o percentual de processos encaminhado ao Ministério Público, em decorrência de fiscalização referente ao exercício ilegal da profissão, foi de 17,02%, enquanto que em 2024 foi de 41,05%.

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES REFERENTES AO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO/ENVIADAS AO MP			
Ano	Fiscalização de ilegal	Encaminhadas ao MP	%
2019	782	80	10,23%
2020	473	51	10,78%
2021	776	54	6,96%
2022	1.013	78	7,70%
2023	1.181	201	17,02%
2024	838	344	41,05%

*Dados referentes a 2018 não coletados

QUANTIDADE DE DENÚNCIAS RECEBIDAS PELA FISCALIZAÇÃO	
Ano	Total
2019	7.852
2020	9.545
2021	10.453
2022	14.897
2023	19.622
2024	18.707

*Dados referentes a 2018 não coletados

Quantidade de denúncias recebidas pela fiscalização nos CROs nos últimos 6 anos.

QUANTIDADE DE NOTIFICAÇÃO			
Ano	Fiscalizações	Quantidade de notificações	%
2019	84.194	17.921	21,29%
2020	51.681	10.382	20,09%
2021	82.848	20.894	25,22%
2022	142.617	38.275	26,84%
2023	174.387	49.848	28,58%
2024	188.665	53.354	28,28%

*Dados referentes a 2018 não coletados

A proporção da quantidade de notificações em relação ao número total de fiscalizações. Conforme os dados recebidos dos Regionais, apurou-se que o percentual de notificações, gerado em decorrência das fiscalizações, representava 28,58% em 2023 e 28,28% em 2024.

Fiscalização – Atividade Finalística

Quantidade de fiscalizações realizadas em conjunto com outros órgãos nos anos de 2019 a 2024.

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS	
Ano	Total
2019	244
2020	221
2021	291
2022	988
2023	670
2024	474

*Dados referentes a 2018 não coletados

Média de valor efetivamente gasto com a função de fiscalização do exercício profissional nos CROs.

MÉDIA VALOR GASTO POR FISCALIZAÇÃO			
Ano	Total	Quant. Fiscalizações	Valor por fiscalização
2019	14.640.242,06	84.194	173,89
2020	11.986.522,41	51.681	231,93
2021	21.410.628,88	82.848	258,43
2022	28.570.516,94	142.617	200,33
2023	34.433.600,03	174.387	197,46
2024	41.306.540,93	188.665	218,94

Após análise dos dados fornecidos pelos CROs, identificamos desafios em relação ao envio de informações por alguns Regionais, especialmente no que diz respeito aos valores relacionados à contabilidade, observados também em exercícios anteriores. Sugerimos, portanto, a adoção da ferramenta de centro de custos já disponibilizada pelo CFO para melhorar esse processo.

Destacamos um aumento significativo no número de profissionais e entidades inscritos em 2024, registrando um crescimento de 5,84% em comparação com o ano anterior (2023). Além disso, observamos um aumento no número total de fiscalizações em 2024, passando de 174.387 para 188.665, representando um acréscimo de 8,18%. A média de fiscalizações por fiscal teve um decréscimo de 881 para 793 atos fiscalizatórios por fiscal ao ano. O número de fiscais aumentou de 198 para 238.

Vale ressaltar que a maioria dos Regionais apresentou um aumento significativo no número de fiscalizações, conforme evidenciado nos gráficos que ilustram a evolução do quantitativo de fiscalizações por Estado. No entanto, observou-se uma variação nos índices de notificação, indicando a necessidade de alinhamento e calibragem na interpretação da legislação por parte dos fiscais.

Notamos uma significativa disparidade nos custos de fiscalização entre os Regionais. Como pode ser observado no item 4.13 Individualização de gastos com a fiscalização por regional e percentual de ativos fiscalizados, e também a disparidade na quantidade de notificações conforme item 4.10 Percentual de fiscalizações que geraram notificações de 2021 a 2024. Isso, também, requer uma calibração e nivelamento dos fiscais.

Conclui-se que toda evolução alcançada, até o presente momento, só foi possível em virtude das ações propostas pelo Conselho Federal de Odontologia, por meio da criação, em 2021, do Manual de Fiscalização, do Plano Nacional de Fiscalização para o Sistema CFO/CROs e do Programa de Fortalecimento das Atividades de Fiscalização, instituídos, respectivamente, pelas Resoluções CFO nº 238 e nº 239 de 2021.

Ações Futuras:

Buscando um aprimoramento das fases de planejamento e acompanhamento das metas de fiscalização, está em estudo o desenvolvimento de um índice de potencial de fiscalização de cada regional. Esse índice, dentre outros componentes, levará em sua composição fatores individuais dos Regionais, como a proporção entre inscritos ativos e quantidade de fiscais, orçamento destinado à fiscalização, população urbana/rural e distribuição de recursos humanos e equipamentos. Além de compor o índice que irá sugerir as metas de fiscalização para cada Regional e para o Sistema como um todo, o resultado desse estudo estratégico servirá de subsídio para alteração e ajustes visando uma melhoria dos resultados individuais e globais.

Secretaria das Comissões

Em 2024 foram realizadas 182 reuniões

As Comissões Permanentes e Especial do Conselho Federal de Odontologia fazem parte da estrutura como Órgãos Complementares e foram criadas pela Diretoria para a execução de determinadas tarefas exigidas para o exercício de sua competência ou para atingir aqueles fins que não recomendem a criação de serviço permanente nos assuntos relativos à:

I - Definição de atitudes e orientação sobre procedimentos a serem observados pelos órgãos integrantes da Autarquia no controle e na defesa dos interesses da Odontologia;

II - Fiscalização do exercício profissional, inclusive em hospitais e policlínicas, de anúncios de propaganda vinculados à Odontologia, dos estabelecimentos comerciais e industriais de materiais odontológicos e da execução de convênios;

III - Execução ocasional, sem caráter de permanência, de atividades específicas; e,

IV - Qualquer outra atividade que lhes seja cometida, a critério da Diretoria.

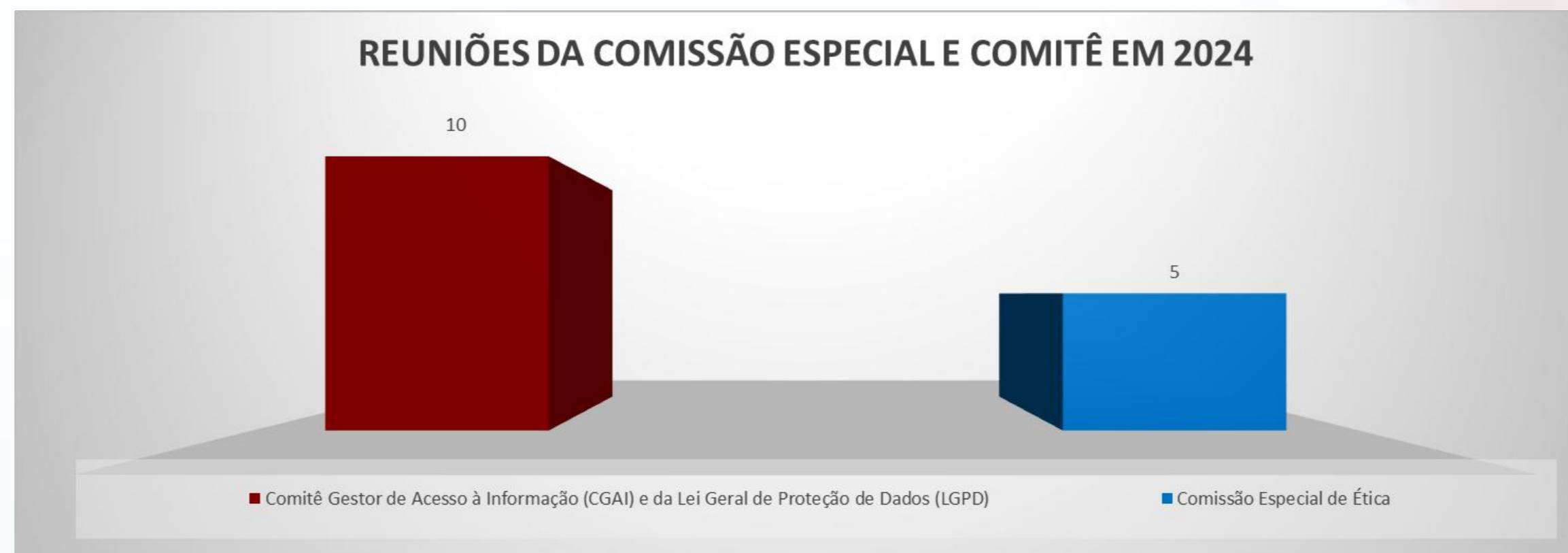
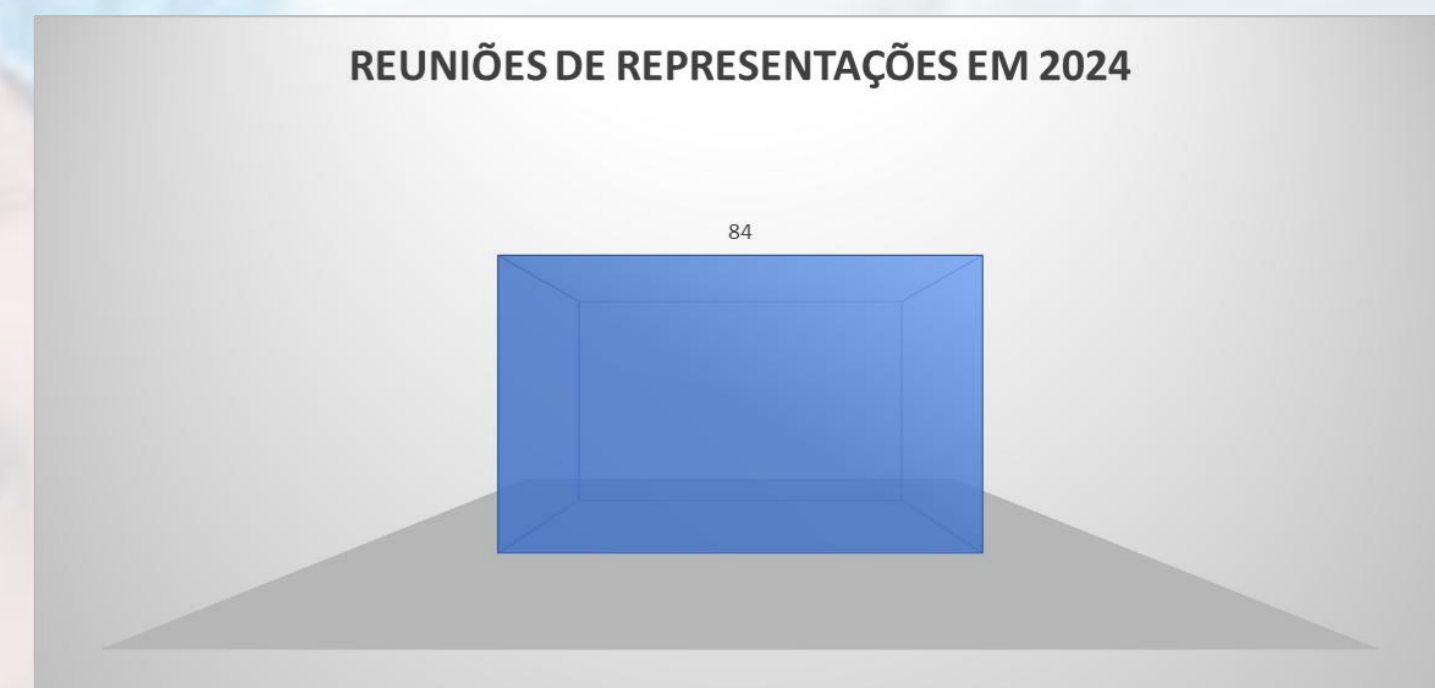
Possuem caráter técnico-consultivo ou especializado, composto por profissionais da odontologia ou não, cuja finalidade é a de assessorar a Diretoria/Plenária do CFO, apreciando os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame, no âmbito dos respectivos escopos temáticos e campos de atuação, os quais são definidos em Decisões. Além disso, promovem debates e discussões dos temas afetos à natureza e assuntos de interesse da odontologia.

<https://website.cfo.org.br/regimentos/>

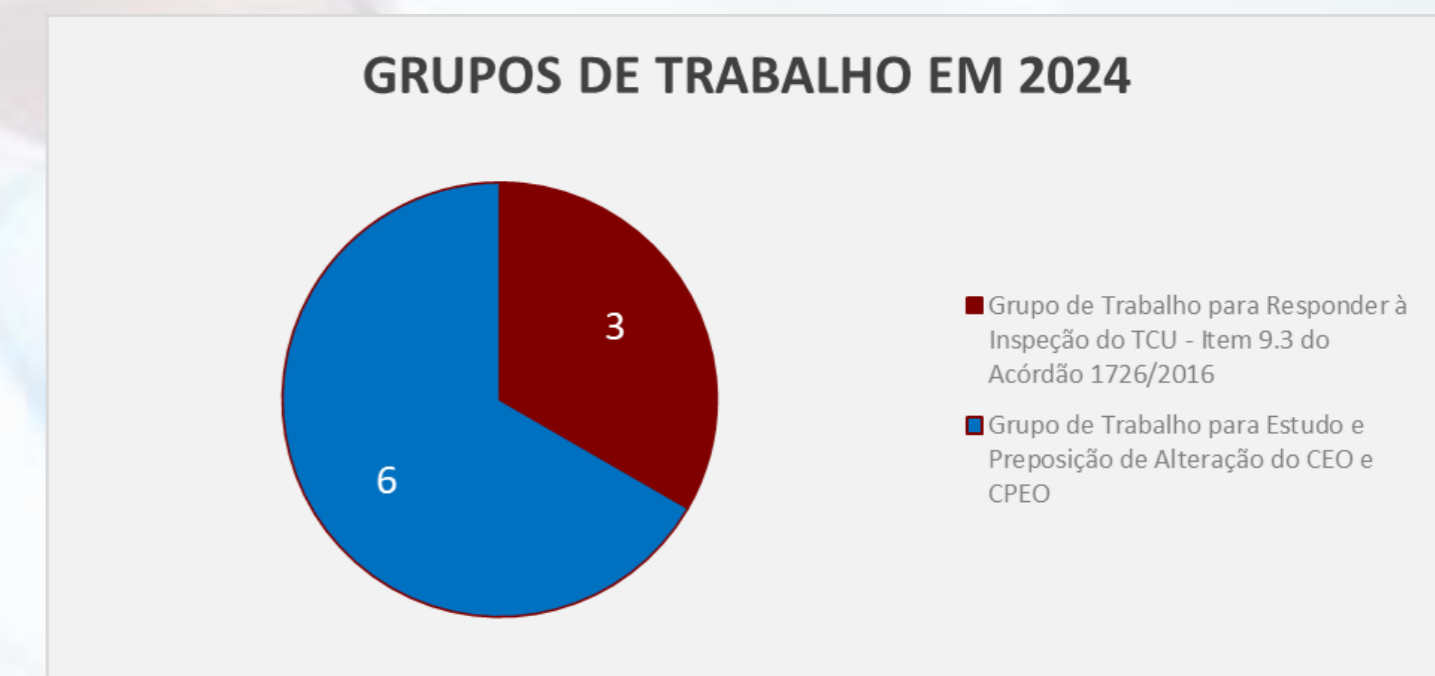


Em 2024 foram realizadas 74 reuniões de comissões permanentes

Representantes titular e suplente: São membros designados para representar o CFO em reuniões externas, organizadas por órgãos/entidades, sem existência de grau de subordinação, para debate de temas afetos à saúde, com atribuições específicas e preordenadas, conforme normas de constituição e funcionamento. Em 2024 o CFO teve a atuação de 14 Representações, totalizando 84 reuniões realizadas.



Total: 10 reuniões do Comitê Gestor e 5 reuniões da Comissão Especial



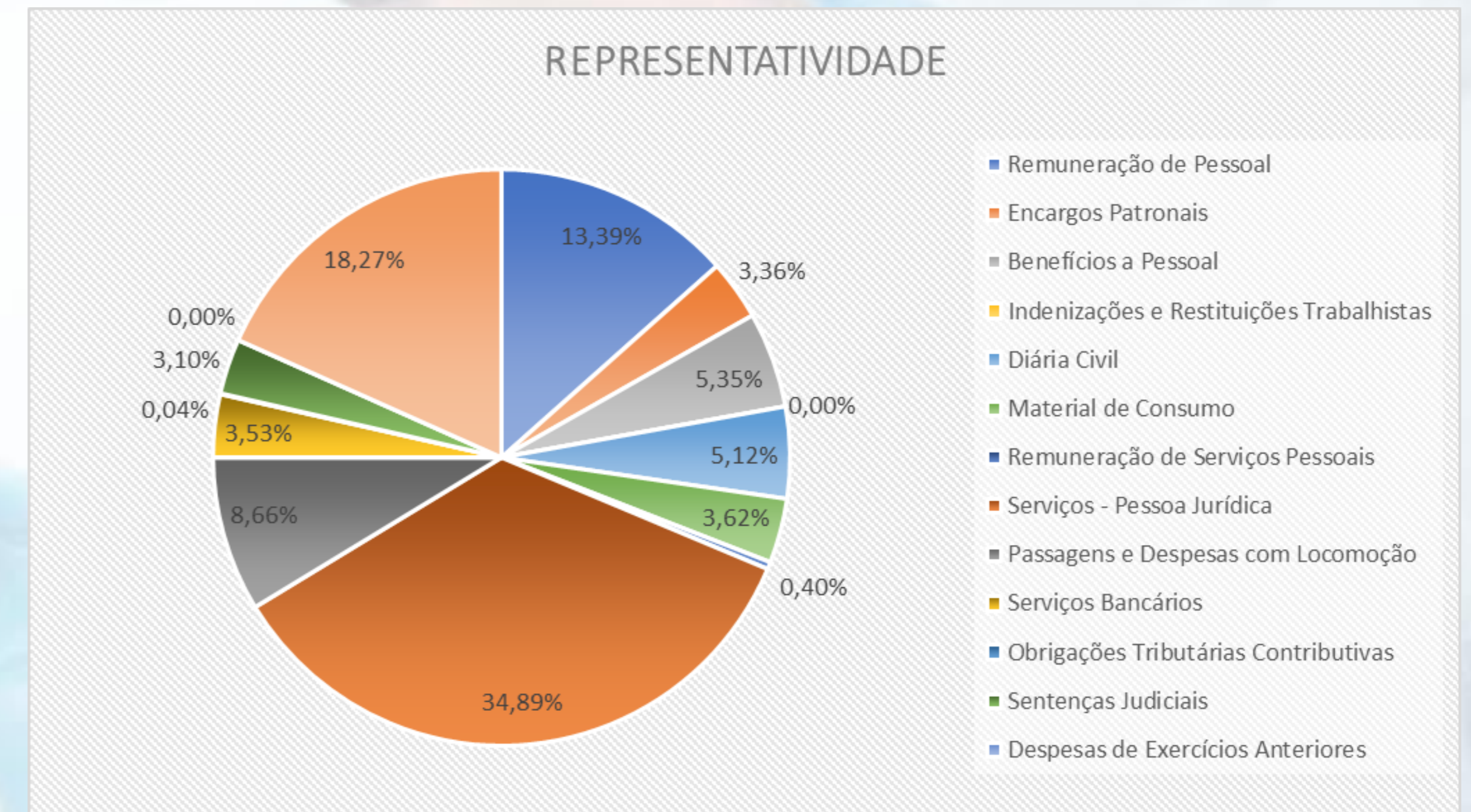
Total de 9 reuniões de Grupo de Trabalho

Nota: A Secretaria das Comissões é o Setor responsável por assessorar, auxiliar e fornecer suporte às atividades desenvolvidas pelos membros das comissões (âmbito interno) e por representantes titulares e suplentes (âmbito externo).

Gestão Financeira

Como demonstrado no decorrer deste relatório, o CFO possui natureza autárquica, arrecada e gerencia recursos públicos de natureza parafiscal, estando sujeito às normas da administração pública e ao controle jurisdicional do TCU. Nesse contexto, para atingir suas finalidades, o CFO, como qualquer outra entidade da administração pública, necessita de uma Gestão Orçamentária e Financeira alinhada com seu propósito perante a sociedade, que é cumprido através de seu orçamento anual. Por meio dele, os gestores devem estabelecer prioridades e decidem como aplicar os recursos financeiros originados da sociedade. Por não objetivar lucros e para alcançar os seus objetivos estabelecidos em Lei, a maior representatividade das despesas da Autarquia é executada com grupos relativos a pessoal, encargos, uso de bens, serviços e consumo em geral.

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	REPRESENTATIVIDADE
TOTAL DE DESPESAS PAGAS	R\$ 97.986.812,80	100%
Remuneração de Pessoal	R\$ 13.119.836,97	13,39%
Encargos Patronais	R\$ 3.538.294,83	3,36%
Benefícios a Pessoal	R\$ 5.241.230,52	5,35%
Indenizações e Restituições Trabalhistas		0,00%
Diária Civil	R\$ 5.016.581,60	5,12%
Material de Consumo	R\$ 3.550.311,92	3,62%
Remuneração de Serviços Pessoais	R\$ 380.067,82	0,40%
Serviços - Pessoa Jurídica	R\$ 34.192.407,36	34,89%
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 8.489.216,97	8,66%
Serviços Bancários	R\$ 3.462.559,61	3,53%
Obrigações Tributárias Contributivas	R\$ 43.668,25	0,04%
Sentenças Judiciais	R\$ 3.040.171,84	3,10%
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 707,51	0,00%
Contribuições	R\$ 17.902.757,60	18,27%



Execução financeira por grupo de natureza de despesa

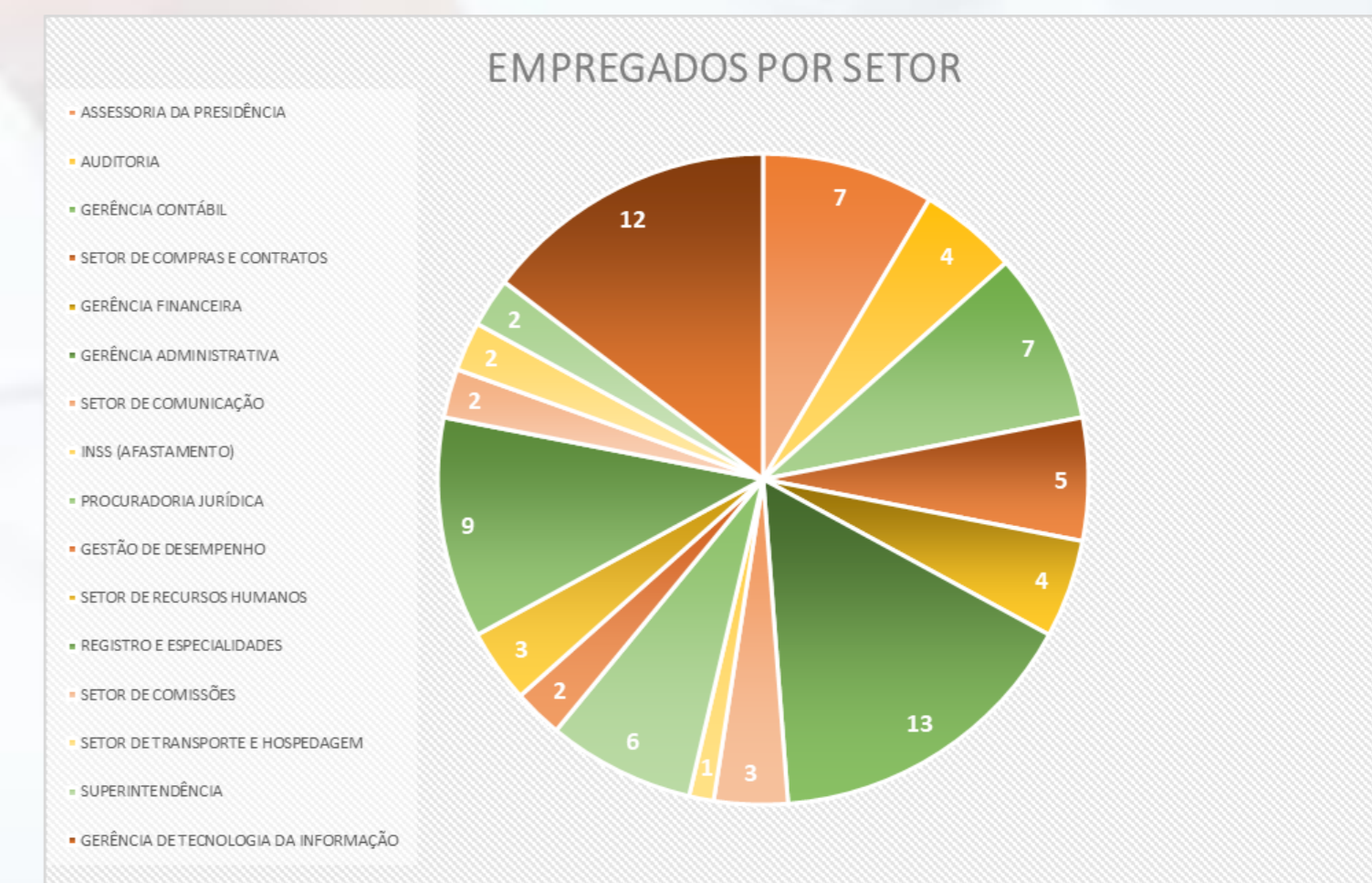
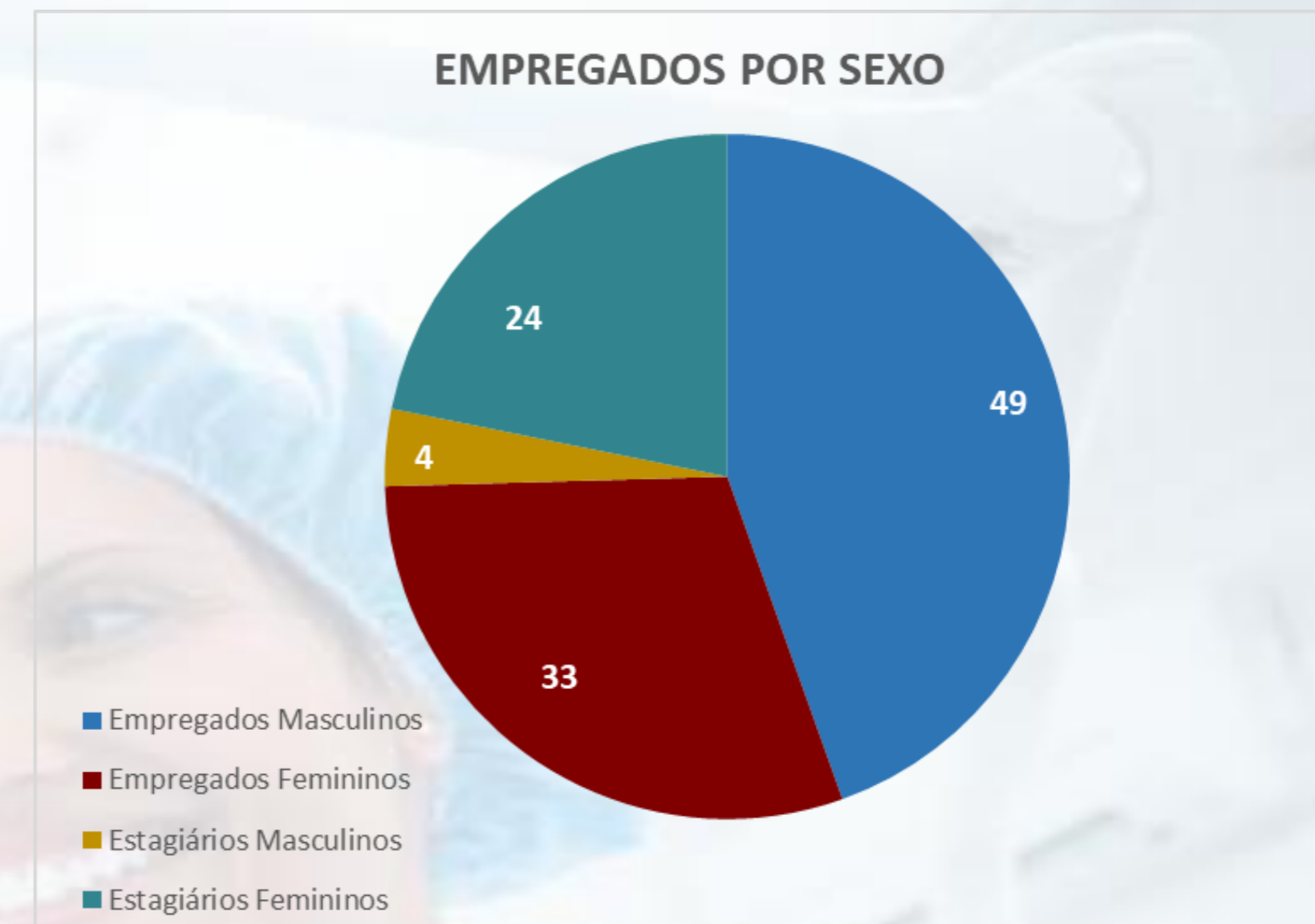
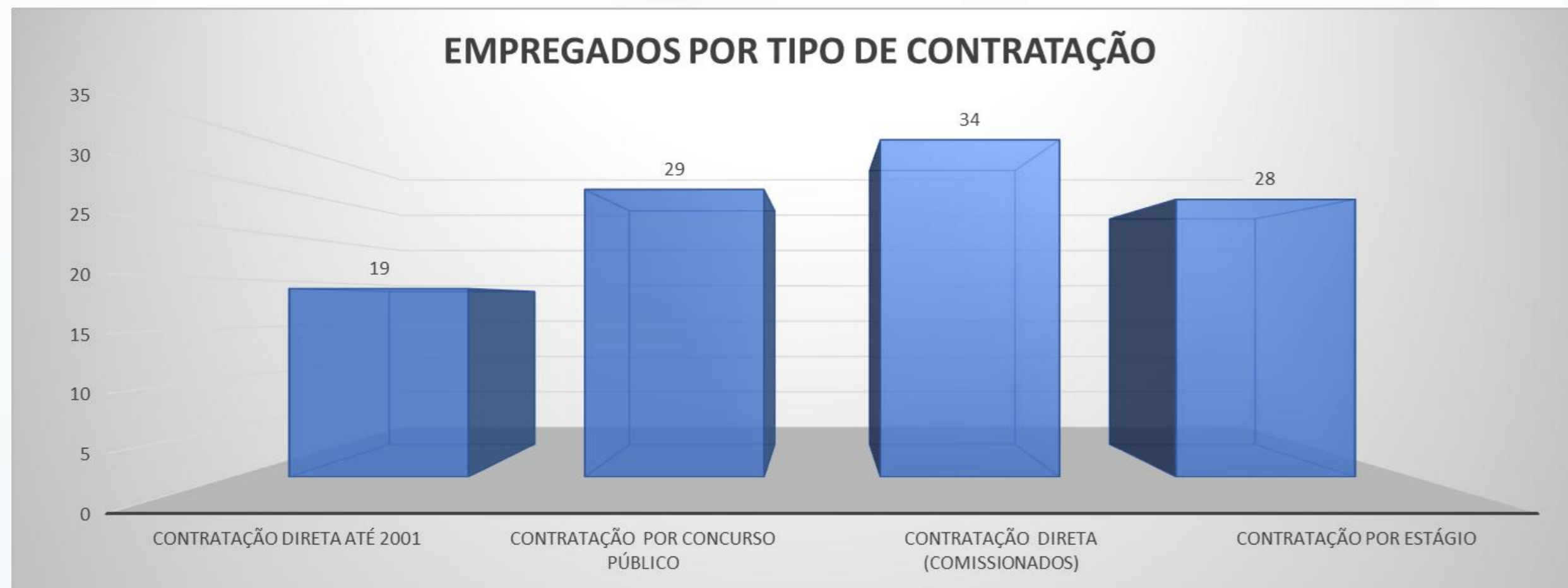
Ações Futuras: Capacitação para os colaboradores do setor tendo em vista as atualizações da legislação vigente.

Gestão de Pessoas

A natureza autárquica das entidades fiscalizadoras do exercício profissional, entre elas o Conselho Federal de Odontologia, restou decidida quando do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do Mandado de Segurança 21797-9, DJ, de 18/05/2001.

Não obstante o caráter sui generis dessa natureza autárquica, as relações entre empregados e conselhos profissionais tem seu regimento pela Consolidação das Leis Trabalhistas, sendo o provimento efetivo realizado mediante concurso público de provas.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Odontologia cumpre as obrigações legais impostas pela Consolidação das Leis Trabalhistas a seus empregados, bem como observa, quando devido, aspectos originários da Lei 8.112/90.



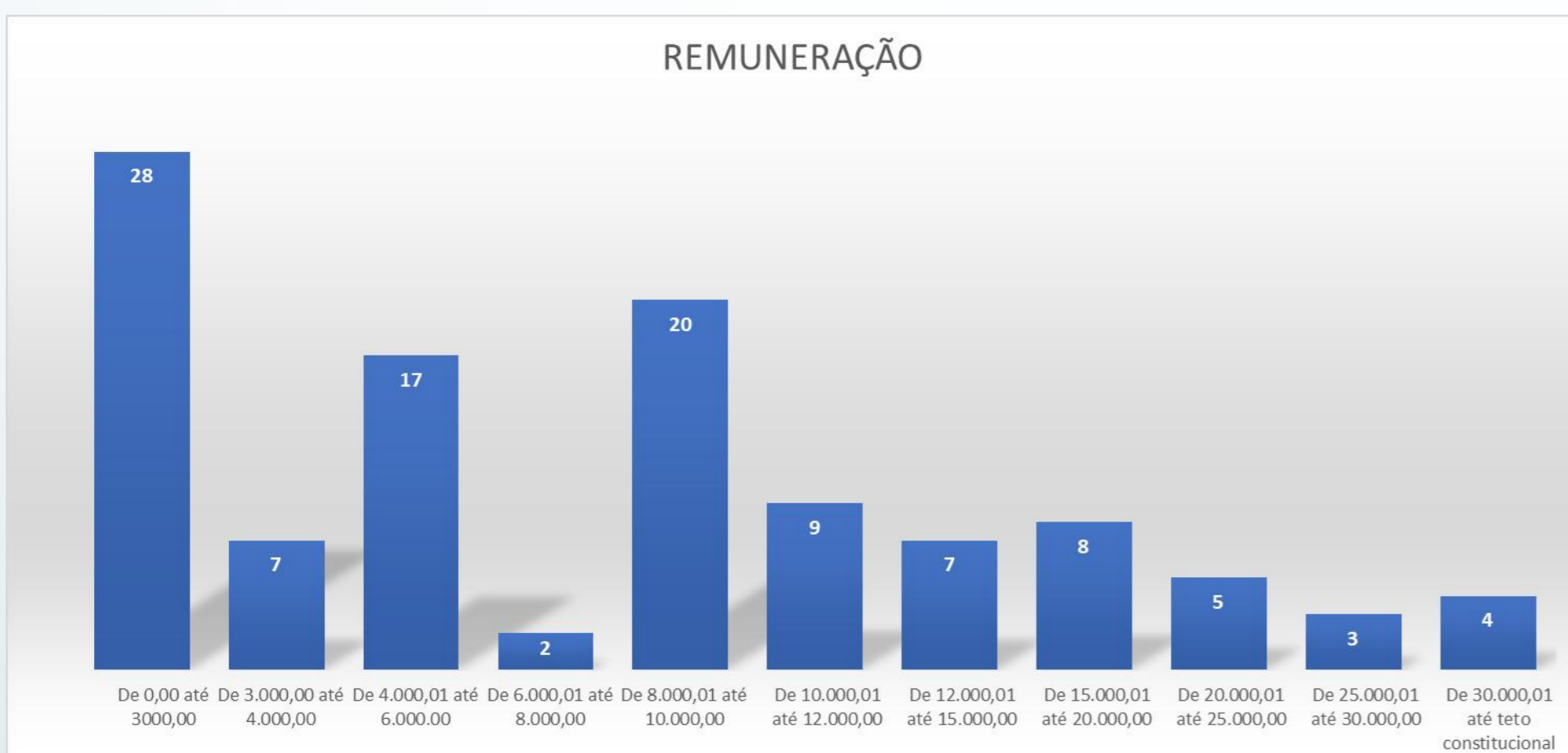
O Conselho Federal de Odontologia possui o percentual de 8,18% (correspondendo a 9) de seus empregados destinados a exercer a atividade finalística da instituição.



Gestão de Pessoas

Houve um aumento na despesa com pessoal, em relação ao ano de 2023, decorrente da criação de Cargos em Comissão para atender às necessidades dos diversos segmentos as atividades e natureza técnico-administrativa.

➤ Decisão CFO-01/2024 <https://transparencia.cfo.org.br/ato-normativo>



Principais Desafios e Ações Futuras

São inúmeros desafios que estão envolvidos em uma área de gestão de pessoas. Encontrar as ferramentas ou mecanismos capazes de auxiliar na condução de processos, na motivação do corpo de colaboradores é tarefa diária da gestão de pessoas.

A área de gestão de pessoas, do Conselho Federal de Odontologia, aponta com crucial no processo de motivação de seus funcionários a aprovação de um plano de cargos e salários, devendo pensar em obter o máximo de rendimento de seus empregados, através de atitudes que gerem motivação e desempenho. Entre essas atitudes podemos citar uma comunicação positiva na implementação desse modelo de progressão na carreira, com critérios claros e coerentes com a realidade apresentada pelo CFO, para que os resultados esperados sejam alcançados conjuntamente.

Outra medida que, possivelmente, alavancaria a qualidade de trabalho e a motivação dos colaboradores seria a implementação do Plano Anual de Treinamento (PAT), proposto pela área de Gestão de Pessoas.

Estratégia de Capacitação de Pessoal

Existe, em processo de análise, o Plano Anual de Treinamento (PAT) que será responsável pelas ações de capacitação, treinamento e desenvolvimento do Conselho Federal de Odontologia.

O PAT fundamenta-se nas premissas da gestão por competências e possui metodologia orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias e aplicadas ao desempenho das atividades dos empregados do CFO.

Estratégia de Recrutamento

O Conselho Federal de Odontologia, pertencente à Administração Pública Federal, possui o ingresso de funcionários efetivos, somente, através de concurso público com provas. É importante salientar que existem cargos em comissão, também conhecidos por cargos de confiança, que fogem da regra de seleção por concurso público e são ocupados, temporariamente, por uma pessoa que não faz parte do quadro de funcionários efetivos do Conselho Federal de Odontologia.

Ações Futuras:

- ✓ Está previsto para 2025 a implementação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.



A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes foi implementada no Conselho Federal de Odontologia em outubro de 2024, para promover a segurança e saúde no ambiente de trabalho. Atualmente é composta por dois funcionários que foram indicados pelo órgão e realizaram curso de carga horária de 8 horas.

Após a análise realizada por engenheiro de segurança do trabalho, foram emitidos três documentos referentes ao Conselho Federal de Odontologia:

- Programa de Gerenciamento do Risco - PGR, que tem como objeto identificar, avaliar, classificar, monitorar, registrar e divulgar os dados referentes aos fatores de riscos ocupacionais originados dos processos de trabalho, bem como priorizar e analisar a eficácia da implantação de melhorias indispensáveis à preservação da saúde do trabalhador.
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que é um programa médico de atenção à saúde do trabalhador, que visa a prevenção e/ou diagnóstico precoce de danos causados à saúde por agentes agressivos presentes no ambiente de trabalho, considerando tanto o plano individual quanto coletivo.
- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, que visa analisar as condições ambientais nas quais os funcionários estão expostos, levando em consideração fatores como agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes.

Os documentos foram analisados e verificou-se que as atividades executadas pelos trabalhadores do Conselho não são insalubres e não se enquadram em nenhum grau de periculosidade. O Indicador de Qualidade das Condições de Trabalho - IQCT, foi classificado em baixo risco, destacando apenas o risco ergonômico.

Diante das orientações repassadas pelo engenheiro de segurança do trabalho, a CIPA criou um canal de comunicação (e-mail), informando os servidores sobre a criação da comissão e se colocou à disposição para sugestões, dúvidas e denúncias. Também foi solicitado às empresas terceirizadas que prestam serviço de forma rotineira ou não, que encaminhassem seus respectivos PGRs para análise de risco.

Foram realizadas duas Reuniões Ordinárias, para traçar planos e campanhas para conscientizar e incentivar a qualidade de vida, saúde mental e ergonomia dos empregados, funcionários e demais colaboradores da autarquia, como o Dia de Bem-Estar, Caixa de Sugestões e Denúncias, Gympass, conforto térmico ambiental, manutenção dos ares-condicionados.

Gestão de Contratos e Compras

Conformidade legal:

A entidade conta com a consultoria da Procuradoria Jurídica do CFO nas contratações, assegurando conformidade legal, principalmente à Lei 14.133/2021 e Decreto 10.024/19.

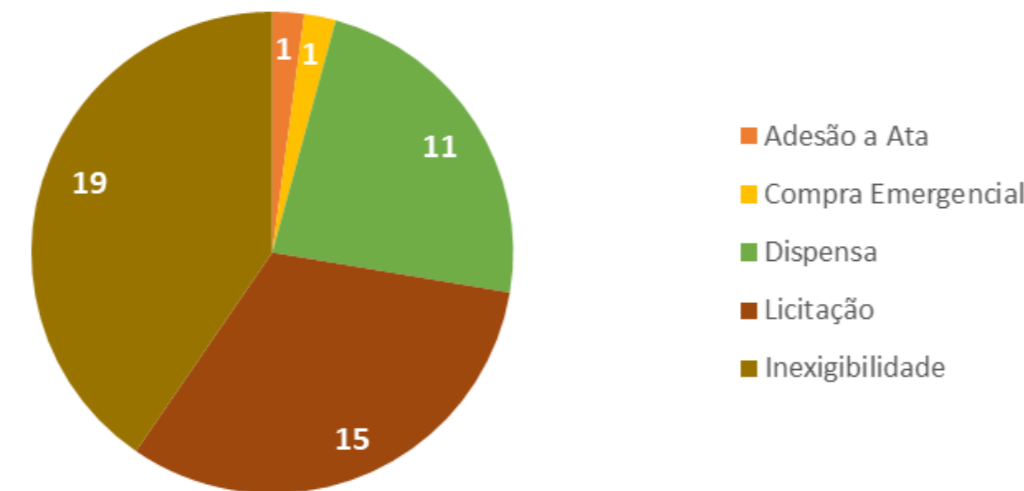
A execução das despesas por modalidade está fundamentada pela Lei nº 14.133/2021, que regulamentam o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Além da aplicação da Lei Geral de Licitações, cabe destacar que os Editais e Instrumentos Contratuais também são confeccionados conforme as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017 para os contratos de serviço e da Instrução Normativa nº 04/2014 para a contratação de soluções de TI, apenas para citar as mais importantes.

Em 2024, o Setor de Compras e Contratos do Conselho Federal de Odontologia (CFO) realizou diversas aquisições e contratações essenciais para o aprimoramento das suas operações e serviços, com foco na inovação tecnológica, otimização logística e a melhoria dos processos.

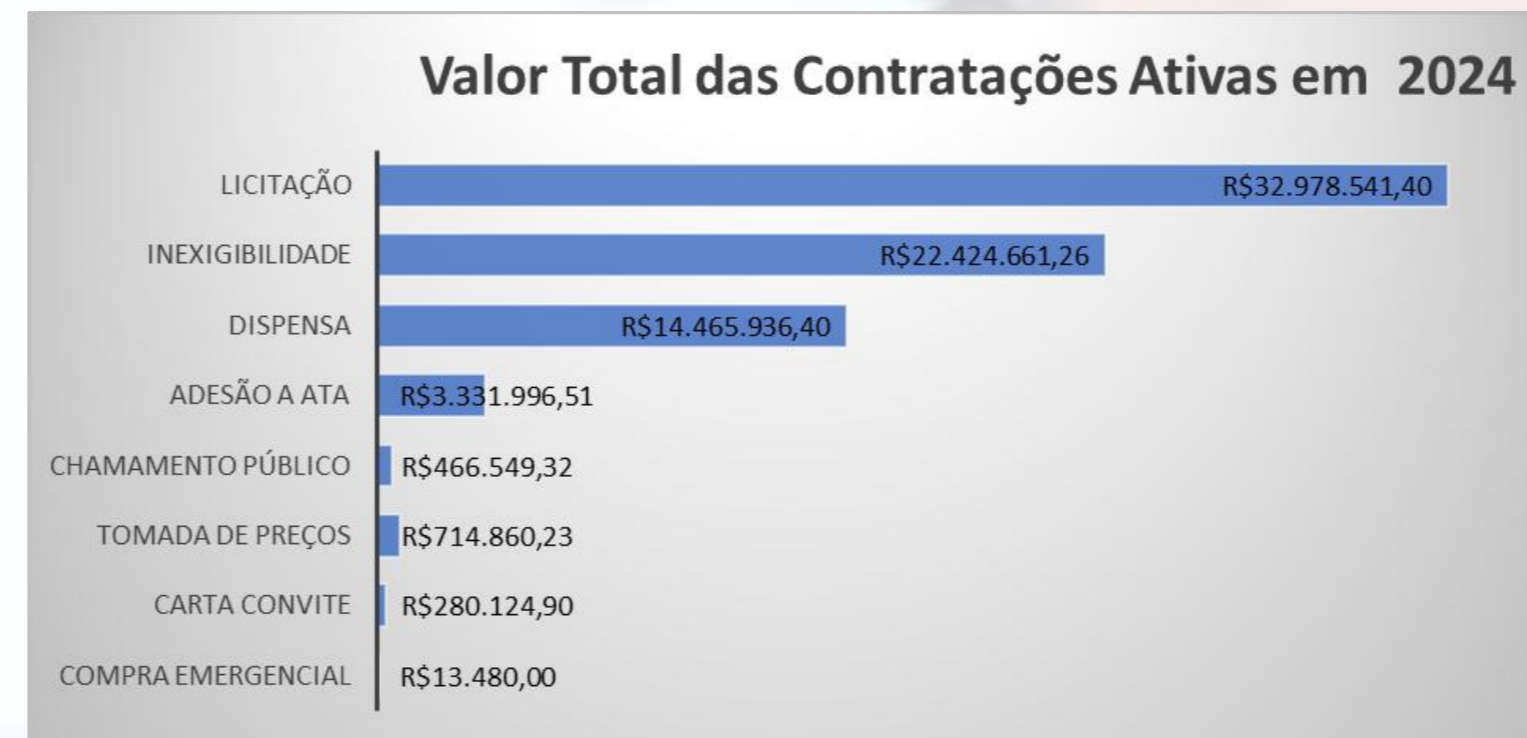
Uma das principais contratações foi a de serviços técnicos especializados para a organização, planejamento e execução do Exame de Proficiência em Odontologia, fundamental para a qualificação dos profissionais da área. Este exame é essencial para assegurar que os profissionais da odontologia atendam aos padrões exigidos pelo CFO, garantindo qualidade no atendimento à sociedade.

Contratações Realizadas em 2024



Em 2024 foram tomadas diversas medidas de aprimoramento das atividades de compras e contratos, sendo as principais:

- ✓ Planejamento das Contratações e Compras;
- ✓ Estabelecimento de objetivos estratégicos em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional;
- ✓ Implementação dos módulos de Compras e Contratos no novo sistema informatizado.



Os principais **Desafio** encontrado do setor de Compras e Contratos do Conselho Federal de Odontologia em 2024 envolvem a adaptação contínua às exigências da Lei 14.133/2021, o cumprimento rigoroso das normas do TCU, a gestão eficiente dos recursos públicos, a capacitação constante da equipe e a manutenção da transparência em todas as etapas dos processos. A superação desses desafios é fundamental para garantir a integridade, a eficiência e a legalidade nas aquisições e contratações realizadas pela instituição.

Ações Futuras:

- ✓ Concluir a implantação dos módulos de Compras, Licitações e Contratos no sistema informatizado.



OBJETO DA CONTRATAÇÃO	ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	JUSTIFICATIVA
Contratação de empresa especializada para emissão e fornecimento, sob demanda, de Carteira de Identidade Profissional – CIP, para atender as necessidades do Conselho Federal de Odontologia – CFO e dos Conselhos Regionais de Odontologia	Melhorar o atendimento a profissionais e estabelecimentos	A Carteira de Identidade Profissional Digital traz uma série de benefícios tanto para os profissionais quanto para as instituições como: Facilidade de acesso, praticidade, agilidade, economia, segurança, atualização fácil, integração com a Tecnologia, meio ambiente, dentre outros.
Inscrição de 4 empregados do CFO no curso "Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal - Atualizado com as Inovações Citadas pelas INs RFB nº 1.2342012, 2.1102022 e 2.1452023 e Apresentação da Nova Reforma Tributária", no formato EAD.	Plano de Desenvolvimento de Pessoas	O curso tem o intuito de atualizar, aperfeiçoar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à retenção de tributos na administração pública e em relação às novas obrigatórias acessórias exigidas pela Receita Federal (e-Social; EFDReinf e DCTFWeb).

A relação das contratações realizadas no ano de 2024 encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Transparência do Conselho Federal de Odontologia <https://transparencia.cfo.org.br/contratos/#>

Tecnologia da Informação

No ano de 2023, o Setor de Tecnologia da Informação contribuiu para os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte previstos na cadeia de valor do Conselho Federal de Odontologia, por intermédio de sistemas, projetos e iniciativas.



O total de chamados abertos em 2024 foi de 728, o que representou um aumento de 20.33% em comparativo com o ano de 2023.



SISTEMAS E APOIO

- **SISDOC.NET** – Gestão de Documentos
- **PROCESSOS.NET** – Gestão de Processos
- **SISCAF.NET** – Gestão de Inscritos
- **SISCONT.NET** – Gestão de Contabilidade
- **SISPAD.NET** – Gestão de Passagens e Diárias
- **Portal da Transparência**
- **Rotina de Backup**
- **Site Corporativo**



A aplicação das pesquisas de satisfação, é opcional e muitos usuários optam por não responder, embora sendo um processo simples. Mesmo com um valor pequeno de respostas, obtivemos a satisfação dos usuários. Onde a nota 1 é totalmente insatisfeito e a nota 5 é totalmente satisfeito.

PROJETOS EXECUTADOS PELA TI EM 2024

- ✓ **Solução Implanta** - Oferta da solução implanta completa para todos os CROs e para o CFO (Cadastros de profissionais, Gestão de pagamento, Controle da fiscalização).
- ✓ **Sistema de Prescrição Eletrônica** – Sistema que possibilita aos Cirurgiões-Dentistas gerar prescrição eletrônica on-line (Atestados, pedidos de exame, relatórios clínicos, etc.).
- ✓ **Sistema de Consultas** – Sistema que possibilita realizar consultas e extrair dados estatísticos de forma consolidadas nas bases de dados de todos os CRO da solução Implanta.
- ✓ **Identidade Digital** – Aplicativo que possibilita a criação e manutenção da identidade digital, a geração de boletos, geração de certidões e notificações para os profissionais do Sistema Conselhos de Odontologia.
- ✓ **Integração com Sistemas Externos** – Desenvolvimento de um webservice com diversos serviços para possibilitar a integração com outras soluções de tecnologia ofertadas pelo Governo.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- ✓ **Projeto Infraestrutura Nacional** - Oferta de equipamentos, serviços e suporte para todos os Conselhos Regionais de Odontologia do Brasil, com vistas a melhorar a infraestrutura desses regionais.
- ✓ **Sistema de Prescrição Eletrônica** – Evolução do projeto atual para tratar novos tipos de prescrição e integrar com outros órgãos de governo, como a ANVISA e Conselho de Farmácia, para validação de instituições comerciais e eventualmente remédios.
- ✓ **Sistema de Consultas** – Evolução do sistema de consulta para gerar dados estatísticos que auxiliem a gestão do CFO na tomada de decisão, se possível com identificação de tendências.
- ✓ **Integração com Sistemas Externos** – Ampliar a oferta de integração com sistemas de outros órgãos de governo para possibilitar ampliação do serviço de governança eletrônica.
- ✓ **Solução Implanta** – Evolução – Evolução da solução da Implanta de forma a possibilitar máxima automatização de processos e maior integração entre os Conselhos Regionais de Odontologia.

04

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRA E CONTÁBEIS

- Execução Orçamentária
- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas
- Declaração do Contador



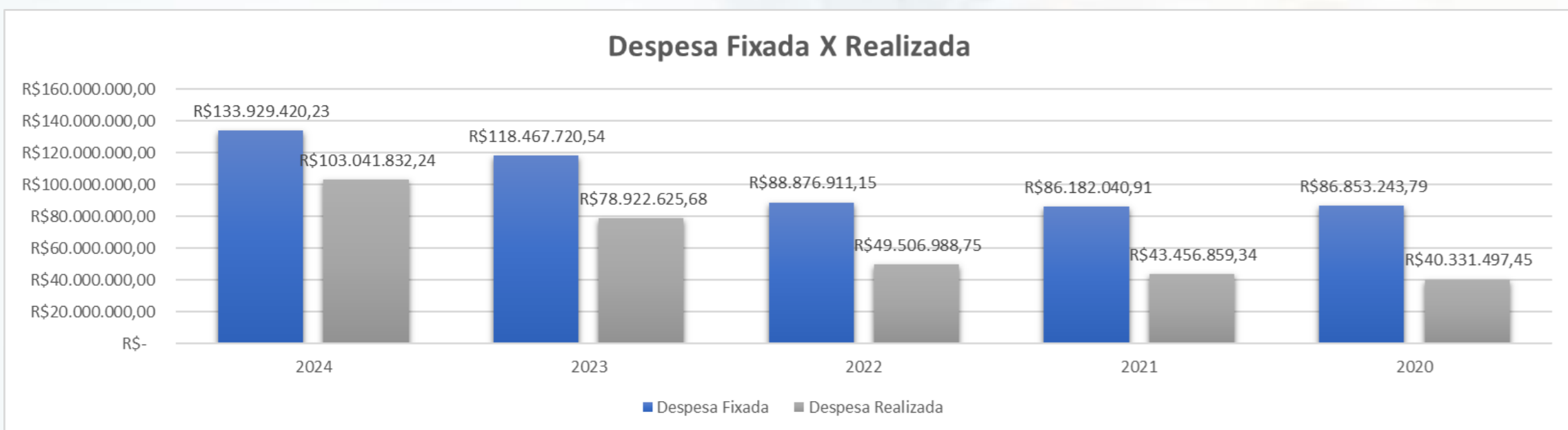
Execução Orçamentária

A execução orçamentária é um processo dinâmico e complexo que envolve o desembolso, controle e monitoramento dos recursos financeiros de uma organização para garantir o cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no orçamento. O gráfico abaixo representa a evolução orçamentária das receitas e despesas orçadas na proposta orçamentária com as realizadas nos últimos 5 anos.



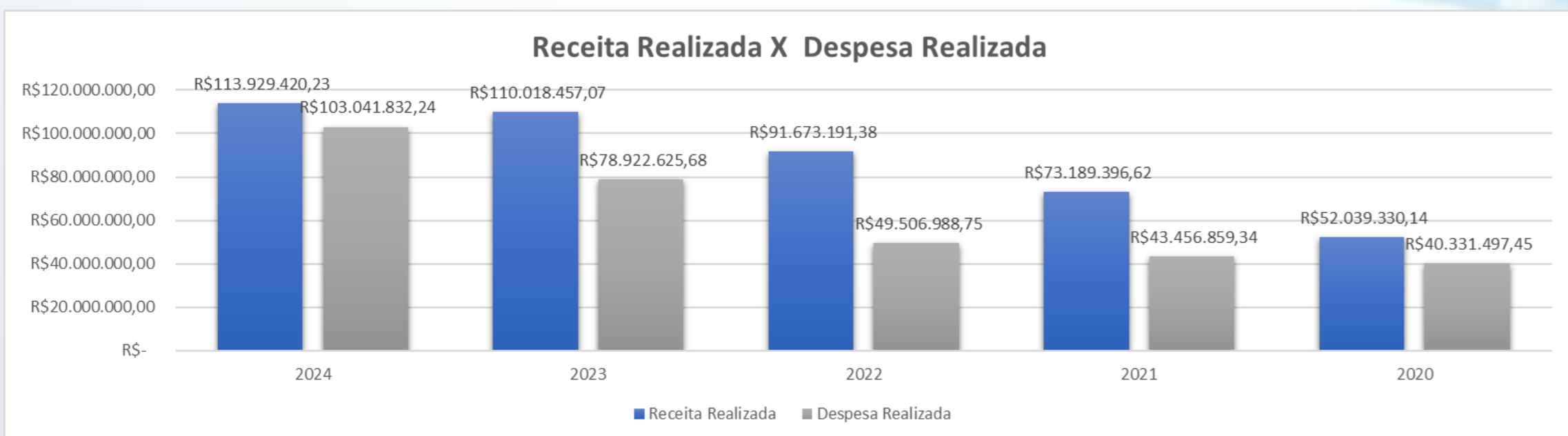
Execução Orçamentária

De acordo com os dados do gráfico ao lado, apresentamos a evolução nos 5 últimos exercícios da despesa fixada, em comparação despesa realizada. Conclui-se que no referido período a despesa apresentou constância, tendo o seu crescimento natural conforme as ações implementas.

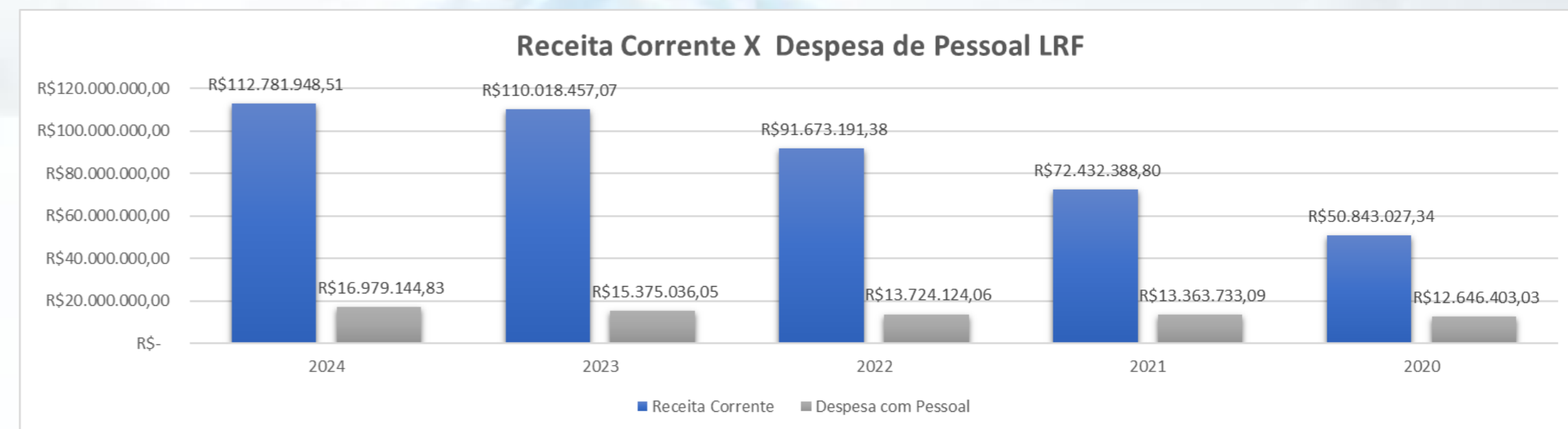


Conforme dados apresentados é possível observar o crescente avanço na realização das receitas no exercício de 2024.

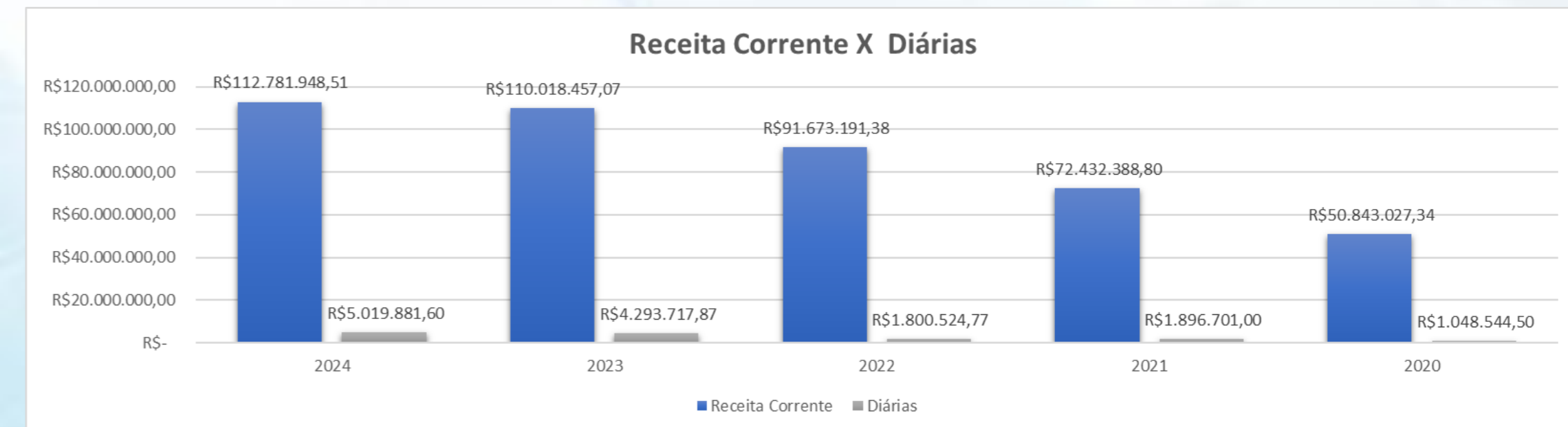
Ressaltamos que a diminuição retratada no exercício 2020 é reflexo direto do efeito da pandemia na arrecadação da entidade.



A Lei complementar N° 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece na esfera Federal o limite máximo para gastos com pessoal em 50% da receita corrente líquida. De acordo com os dados apresentados no gráfico abaixo, nota-se que o Conselho Federal de Odontologia encontra-se com percentual abaixo do limite prudencial.



As diárias civis, verbas de caráter indenizatório pagas aos Diretores, Conselheiros, Membros de Comissões, Convidados e Funcionários, apresentou em 2024 um acréscimo significativo, tendo em vista o aumento das reuniões de diretoria, plenárias e administrativas.



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Balanço Orçamentário e Financeiro

O balanço orçamentário é uma ferramenta importante para o controle financeiro e a tomada de decisões do CFO, pois permite que gestores e stakeholders avaliem o desempenho financeiro da organização em relação às metas e objetivos estabelecidos no orçamento. Ele fornece uma visão clara das finanças da organização e ajuda a identificar áreas que podem exigir ajustes orçamentários ou ações corretivas.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	129.929.420,23	129.929.420,23	112.781.948,51	-17.147.471,72
COTA PARTE	107.129.420,23	107.129.420,23	94.626.396,93	-12.503.023,30
FINANCEIRAS	22.000.000,00	22.000.000,00	17.949.139,70	-4.050.860,30
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	22.000.000,00	22.000.000,00	17.949.139,70	-4.050.860,30
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.000.000,00	22.000.000,00	17.949.139,70	-4.050.860,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	800.000,00	800.000,00	206.411,88	-593.588,12
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	136.380,45	-263.619,55
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	136.380,45	-263.619,55
RECEITAS DIVERSAS	400.000,00	400.000,00	70.031,43	-329.968,57
RECEITA DE CAPITAL	4.000.000,00	4.000.000,00	780.000,00	-3.220.000,00
ALIENACAO DE BENS	4.000.000,00	4.000.000,00	780.000,00	-3.220.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	4.000.000,00	4.000.000,00	780.000,00	-3.220.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	133.929.420,23	133.929.420,23	113.561.948,51	-20.367.471,72
DÉFICIT	0,00	0,00	2.723.172,03	2.723.172,03
TOTAL	133.929.420,23	133.929.420,23	116.285.120,54	-17.644.299,69

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	124.529.420,23	117.929.420,23	102.339.640,00	98.596.351,70	97.982.239,20	15.589.780,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.276.750,00	18.306.750,00	16.979.144,83	16.979.144,83	16.658.131,80	1.327.605,17
REMUNERAÇÃO PESSOAL	15.597.500,00	14.197.500,00	13.119.836,97	13.119.836,97	13.119.836,97	1.077.663,03
ENCARGOS PATRONAIS	4.679.250,00	4.109.250,00	3.859.307,86	3.859.307,86	3.538.294,83	249.942,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.818.670,23	74.162.670,23	60.842.697,12	57.119.408,82	56.826.309,35	13.319.973,11
BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.556.000,00	6.156.000,00	5.509.479,44	5.509.479,44	5.241.230,52	646.520,56
OUTRAS VR. PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	59.062.670,23	58.106.670,23	46.308.681,40	43.104.045,90	43.095.861,86	11.797.988,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.600.000,00	9.900.000,00	9.024.536,28	8.505.883,48	8.489.216,97	875.463,72
CONTRIBUIÇÕES	20.964.000,00	17.994.000,00	17.922.757,60	17.902.757,60	17.902.757,60	71.242,40
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.900.000,00	3.800.000,00	3.462.598,61	3.462.598,61	3.462.598,61	337.401,39
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	220.000,00	220.000,00	43.668,25	43.668,25	43.668,25	176.331,75
SENTENÇAS JUDICIAIS	4.000.000,00	3.440.000,00	3.088.066,08	3.088.066,08	3.088.066,08	351.933,92
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	350.000,00	6.000,00	707,51	707,51	707,51	5.292,49
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	9.400.000,00	16.000.000,00	13.945.480,54	4.445.480,54	4.445.480,54	2.054.519,46
INVESTIMENTOS	4.400.000,00	2.000.000,00	406.000,00	406.000,00	406.000,00	1.594.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	3.600.000,00	2.000.000,00	406.000,00	406.000,00	406.000,00	1.594.000,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	5.000.000,00	14.000.000,00	13.539.480,54	4.039.480,54	4.039.480,54	460.519,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000.000,00	14.000.000,00	13.539.480,54	4.039.480,54	4.039.480,54	460.519,46
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	133.929.420,23	133.929.420,23	116.285.120,54	103.041.832,24	102.427.719,74	17.644.299,69
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	133.929.420,23	133.929.420,23	116.285.120,54	103.041.832,24	102.427.719,74	17.644.299,69

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

O Balanço Financeiro evidencia os totais anuais das receitas e despesas orçamentárias, bem com os saldos disponibilizados (caixa e equivalentes de caixa) que foram recebidas do exercício anterior e os que serão repassados para o exercício seguinte.

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	113.561.948,51	110.018.457,07	Despesa Orçamentária	116.285.120,54	87.749.694,06
RECEITA REALIZADA	113.561.948,51	110.018.457,07	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	13.243.288,30	8.827.068,38
RECEITA CORRENTE	112.781.948,51	110.018.457,07	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	614.112,50	798.984,32
COTA PARTE	94.626.396,93	88.013.367,27	CREDITO EMPENHADO - PAGO	102.427.719,74	78.123.641,36
FINANCEIRAS	17.949.139,70	21.330.760,02	DESPESA CORRENTE	97.982.239,20	75.906.066,02
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	17.949.139,70	21.330.760,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.119.836,97	11.854.619,85
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.949.139,70	21.330.760,02	ENCARGOS PATRONAIS	3.538.294,83	3.212.800,24
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	206.411,88	674.329,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.826.309,35	41.436.913,13
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.380,45	313.855,03	CONTRIBUIÇÕES	17.902.757,60	11.792.360,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.380,45	313.855,03	SERVIÇOS BANCÁRIOS	3.462.598,61	4.473.988,97
RECEITAS DIVERSAS	70.031,43	360.474,75	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	43.668,25	59.978,11
RECEITA DE CAPITAL	780.000,00		SENTENÇAS JUDICIAIS	3.088.066,08	3.045.062,57
ALIENACAO DE BENS	780.000,00		DEMAIS DESPESAS CORRENTES	707,51	30.322,90
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	780.000,00		DESPESA DE CAPITAL	4.445.480,54	2.217.575,34
			INVESTIMENTOS	406.000,00	324.258,18
			OUTRAS DESPESAS CAPITAL	4.039.480,54	1.893.317,16
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	38.212.017,29	30.300.457,88	Pagamentos Extraorçamentários	32.119.744,14	27.669.759,62
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	13.243.288,30	8.827.068,38	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	4.685.578,98	2.046.644,87
Inscrição de Restos a Pagar Processados	614.112,50	798.984,32	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.385.251,98	5.965.460,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	108.236,31	217.784,61	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	73.886,21	222.638,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários	24.246.380,18	20.456.620,57	Outros Pagamentos Extraorçamentários	23.975.026,97	19.435.015,32
Saldo em espécie do Exercício Anterior	179.905.658,27	155.006.197,00	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	183.274.759,39	179.905.658,27
Caixa e Equivalente de Caixa	179.764.142,79	154.867.495,64	Caixa e Equivalente de Caixa	183.098.893,81	179.764.142,79
Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	141.515,48	138.701,36	Depósitos. Rest. Vrs Vinculados	175.865,58	141.515,48
Total:	331.679.624,07	295.325.111,95		331.679.624,07	295.325.111,95

Balanço e Variações Patrimoniais

O Balanço Patrimonial é uma ferramenta importante para analisar a saúde financeira de uma empresa, sua capacidade de pagamento de dívidas, sua eficiência na utilização de recursos e sua solidez financeira. Ele fornece uma visão geral dos recursos e obrigações da empresa e é frequentemente utilizado por investidores, credores, analistas financeiros e outros *stakeholders* para tomar decisões informadas.

A Demonstração das Variações Patrimoniais, evidencia as alterações verificadas do patrimônio, resultantes da execução orçamentária, o qual indica o resultado patrimonial do exercício, o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial.

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	185.202.516,94	182.115.932,78	PASSIVO CIRCULANTE	5.728.148,68	8.269.371,30
CADIA E EQUIVALENTES DE CADIA	183.098.893,81	179.764.142,79	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.395.255,03	1.208.680,15
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.105.865,58	1.071.515,48	FORNecedores E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.157.028,07	6.919.175,67
ESTOQUES	632.162,31	847.306,14	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	365.595,24	-432.968,37	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	175.865,58	141.515,48
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	26.052.646,41	26.855.718,64	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	44.191,18	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00	44.191,18	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	26.052.646,41	26.811.527,48	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	4.056.220,54	3.714.997,64	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	24.042.656,32	24.402.959,67	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47	47.812,47	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.094.042,92	1.354.242,38		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	5.728.148,68	8.269.371,30
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	19.047.799,57	19.047.799,57
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	186.479.215,10	181.654.480,55
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	205.527.014,67	200.702.280,12
TOTAL	211.255.163,35	208.971.651,42	TOTAL	211.255.163,35	208.971.651,42
ATIVO FINANCEIRO	184.240.354,63	180.938.626,64	PASSIVO FINANCEIRO	20.425.042,09	17.991.708,90
ATIVO PERMANENTE	27.014.808,72	28.033.024,78	PASSIVO PERMANENTE	312.728,86	0,00
SALDO PATRIMONIAL				190.517.392,40	190.979.942,52
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Convidados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Convidadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Superávit Financeiro	163.815.312,54		162.946.917,74		

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	113.576.126,19	110.568.589,89	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	108.751.391,64
CONTRIBUIÇÕES	94.626.396,93	88.029.652,77	PESSOAL E ENCARGOS	22.524.402,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	94.626.396,93	88.029.652,77	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	13.151.733,08
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	94.626.396,93	88.029.652,77	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	12.495.743,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	17.949.139,70	21.330.760,02	ENCARGOS PATRONAIS	3.832.212,32
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	17.949.139,70	21.330.760,02	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	3.832.212,32
MULTAS SOBRE ANUIDADES	17.949.139,70	21.330.760,02	BENEFÍCIOS A PESSOAL	5.509.479,44
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	794.177,68	546.566,03	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	5.509.479,44
GANHOS COM ALIENAÇÃO	780.000,00	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIDIO	54.424.435,40
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	780.000,00	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.209.441,45
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	14.177,68	546.566,03	CONSUMO DE MATERIAL	1.209.441,45
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	14.177,68	546.566,03	SERVIÇOS	49.756.455,19
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	206.411,88	661.611,07	DIÁRIAS CIVIL	5.018.781,54
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	206.411,88	661.611,07	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	8.122.681,89
INDENIZAÇÕES	136.380,45	297.569,53	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	36.499.343,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	70.031,43	364.041,54	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	709.545,13
			DEPRECIACÃO	709.545,13
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	3.462.598,61
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	4.473.988,97
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.473.988,97
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	6.275.098,63
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.275.098,63
			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.275.098,63
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	694.657,43
			PERDAS COM ALIENAÇÃO	456.735,82
			PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	4.902,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS	227.921,61
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	599.015,44
			TRIBUTARIAS	18.291.425,85
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	43.668,25
			IMPOSTOS	43.668,25
			CONTRIBUIÇÕES	18.247.757,60
			CONTRIBUIÇÕES	18.247.757,60
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.088.773,59
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.088.773,59
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	1.088.773,59
Total das Variações Ativas :	113.576.126,19	110.568.589,89	Total das Variações Passivas :	108.751.391,64
Déficit de Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL	4.824.734,85
			Superávit de Exercício	27.910.810,80
Total	113.576.126,19	110.568.589,89	Total	113.576.126,19

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxo de caixa é um relatório contábil em que são listadas as origens de todos os recursos que a Autarquia obteve em 2024 e como eles foram aplicados. Em suma, ele traz todo o movimento de entradas e saídas do caixa do Conselho Federal de Odontologia.

Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	112.781.948,51	110.018.457,07
COTA PARTE	94.626.396,93	88.013.367,27
FINANCEIRAS	17.949.139,70	21.330.760,02
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	17.949.139,70	21.330.760,02
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17.949.139,70	21.330.760,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	206.411,88	674.329,78
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.380,45	313.855,03
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.380,45	313.855,03
RECEITAS DIVERSAS	70.031,43	360.474,75
OUTROS INGRESSOS	24.428.502,70	20.901.906,68
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	97.982.239,20	75.906.066,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.119.836,97	11.854.619,85
ENCARGOS PATRONAIS	3.538.294,83	3.212.800,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.826.309,35	41.436.913,13
CONTRIBUIÇÕES	17.902.757,60	11.792.360,25
SERVIÇOS BANCÁRIOS	3.462.598,61	4.473.988,97
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	43.668,25	59.978,11
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.088.066,08	3.045.082,57
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	707,51	30.322,90
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	32.227.980,45	27.900.075,24
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	7.000.231,56	27.114.222,49
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
ALIENAÇÃO DE BENS	780.000,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	780.000,00	0,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	406.000,00	324.258,18
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	4.039.480,54	1.893.317,16
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.665.480,54	-2.217.575,34
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.334.751,02	24.896.647,15
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	179.764.142,79	154.867.495,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	183.098.893,81	179.764.142,79

Práticas Contábeis

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis:

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade utilizado pelo CFO (SISCONT_NET), e tiveram como escopo as informações consolidadas das diversas contas do sistema da autarquia. As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- ✓ Balanço Patrimonial (BP);
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- ✓ Balanço Orçamentário (BO);
- ✓ Balanço Financeiro (BF);
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- ✓ Notas Explicativas;

Sumário dos Principais Critérios e Políticas Contábeis adotados pelo CFO

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Conselho Federal de Odontologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem contas bancárias e depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata e aplicações financeiras. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. As contas bancárias, observam, no que cabe, o princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986).

Créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos; (ii) créditos contratuais ou de outras entidades; (iii) créditos de cota parte das anuidades; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) depósitos restituíveis. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, e possivelmente, quando couber, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Outros Créditos e Valores a Curto Prazos

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) empréstimos e financiamentos concedidos; (ii) estoques; (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando necessário. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos com cota parte da dívida ativa, a ser inserido no decorrer do ano vindouro; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Via de regra, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Passivo

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras de empréstimos. Os empréstimos são dívidas contratuais (contratos de empréstimos). Não há hodiernamente empréstimos contraídos pela autarquia, o último foi saldado em outubro de 2017, que se deu em razão da aquisição da sede própria da autarquia na cidade de Brasília.

Provisões

As provisões estão segregadas em duas categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) outras, utilizada pelo CFO para classificar o depósito judicial consignado. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a autarquia, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário segue o que preconiza a Lei nº 4.320/1964, ou seja, “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. Assim sendo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da autarquia. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Não há hodiernamente no CFO nenhum contingenciamento de recursos.



Notas Explicativas

NOTA 1 - Contexto operacional

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia formam em seu conjunto uma autarquia, criados pela Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e posteriormente regulamentados pelo Decreto 68.704 de 03 de junho de 1971. O CFO é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e com seu domicílio em Brasília no Distrito Federal.

A sua principal finalidade é a fiscalização e a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de atos normativos, julga processos éticos e centraliza as informações sobre cursos de especialização reconhecidos, bem como sobre números de profissionais e entidades inscritos em todo o território nacional, entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliares de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Técnico em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Entidades Prestadoras de Serviços Odontológicos.

As demonstrações contábeis do exercício de 2024, foram elaboradas em conformidade com as disposições contidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A estrutura, grau de liquidez, nomenclatura etc, foram elaboradas de acordo com a Resolução do Manual da STN – MCASP.

Quanto à responsabilidade e a função desempenhadas pelo Contador, foi fundamentada com base na análise dos documentos suportes, no tratamento e classificação das informações contábeis e não contábeis geradas e apresentadas pela administração do CFO que originam-se das receitas realizadas e das despesas autorizadas pelo Gestor, bem como dos fatos patrimoniais provenientes destas, e alocação no plano de contas padrão efetuando, por via de consequência, a prestação de contas, que ora é apresentada e submetida à apreciação dos órgãos internos e externos e da sociedade em geral.

NOTA 2 - Caixa e equivalente de caixa

Incluem contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, e está demonstrada ao valor de realização, incluindo conforme aplicável aos rendimentos e as variações monetárias auferidas e representam em 31/12/2024 o montante de R\$ 183.091.876,78 aplicados em:

	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
1.1.1.1.02 - BANCOS-C/MOVIMENTO	35.327,980	205.350.931,34	205.379.242,29	7.017,030
1.1.1.1.02.01 - Banco do Brasil S/A	0,00	199.351.522,24	199.351.522,24	0,00
1.1.1.1.02.07 - Caixa Econômica Federal - ag. 3310 - c/c 20760	6.723,820	808.486,00	811.840,53	3.369,290
1.1.1.1.02.09 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.141-2 Suprimento Aluizio / José	0,00	121.921,66	121.921,66	0,00
1.1.1.1.02.11 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.460-8 Suprimento Caio / Karine	0,00	60.859,13	60.859,13	0,00
1.1.1.1.02.12 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.563-9 Suprimento Edilane França	28.604,160	2.494,57	31.098,73	0,00
1.1.1.1.02.13 - UNICRED Agência 1720 Conta Corrente 12002-2	0,00	5.005.647,74	5.002.000,00	3.647,740
1.1.1.1.03 - BANCOS-C/ARRECADACAO	0,00	86.804.778,81	86.804.778,81	0,00
1.1.1.1.03.06 - Banco do Brasil S/A CC 7139-0	0,00	86.804.778,81	86.804.778,81	0,00
1.1.1.1.2 - DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	179.728.814,810	109.142.929,54	105.779.867,57	183.091.876,780
1.1.1.1.2.02 - BANCOS-C/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	179.728.814,810	109.142.929,54	105.779.867,57	183.091.876,780
1.1.1.1.2.02.04 - BB CP Administrativo Diferenciado	79.829.420,440	93.458.493,49	79.093.115,05	94.194.798,280
1.1.1.1.2.02.10 - Caixa FI Mega Referenciado DI	7.770.674,040	854.614,60	0,00	8.625.288,640
1.1.1.1.2.02.11 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7.141-2 Aplicação de Suprimento Aluizio / José	92,370	189.637,52	171.624,90	18.104,990
1.1.1.1.2.02.12 - Banco Safra - Fundos de investimento	39.202.101,420	3.402.869,17	15.441.500,00	27.163.470,590
1.1.1.1.2.02.13 - Solstic Capital Invest. e Participações Ltda 341.2937.23692-1	42.308.002,840	3.385.680,17	0,00	45.693.683,010
1.1.1.1.2.02.15 - BTG Pactual	10.618.336,320	276.440,76	10.894.777,08	0,00
1.1.1.1.2.02.16 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7460-8 Aplicação de Suprimento Caio / Karine	187,380	89.649,16	89.389,73	446,810
1.1.1.1.2.02.17 - Banco do Brasil - ag. 4200-5 conta 7563-9 Aplicação de Suprimento Edilane França	0,00	115.330,58	85.812,47	29.518,110
1.1.1.1.2.02.18 - Unicred Centro Sul Aplicação - conta - 012002-2	0,00	5.779.164,50	0,00	5.779.164,500
1.1.1.1.2.02.19 - Unicred BTG Pactual Aplicação - Conta 005652142	0,00	1.591.049,59	3.647,74	1.587.401,850

Devido a impossibilidade de obtenção do extrato atualizado pelo setor financeiro, junto ao agente custodiante Solstic Capital Investimento e Participação Ltda, Foi replicado o saldo apurado em 30/09/2024, trimestre anterior ao encerramento do balanço.

NOTA 3 - Demais créditos e valores

Consta um débito da Sociedade Incorporadora Sorrento Ltda de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo à cobrança já notificada a empresa, conforme teor do processo CFO 38335/2016 referente ao saldo de pagamento na aquisição do edifício sede do CFO no Distrito Federal.

Os valores apresentados a seguir representam empréstimos concedidos a Conselhos Regionais, sendo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao CRO de Alagoas, conforme demonstrado no processo CFO SEF 411/2010 e, R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) ao CRO da Paraíba, conforme demonstra o processo CFO SEF 282/2016.



Notas Explicativas

NOTA 4 – Conta Depósito Vinculada

1.1.3.5.1.01 - Contrato 06/2018 - GSI Ltda	39.586,890	30.136,69	0,00	69.723,580
1.1.3.5.1.02 - Contrato 05/2020 - Athos Serviços Limpeza Eireli	16.169,850	0,00	16.169,85	0,00
1.1.3.5.1.04 - Contrato 022/2021 - Vector Serviços de Atendimento Telefônicos LTDA	38.950,310	2.210,76	41.161,07	0,00
1.1.3.5.1.05 - Contrato 017-2022 - Domini Serviços de Limpeza LTDA	5.400,900	0,00	5.400,90	0,00
1.1.3.5.1.06 - Contrato CFO nº 03/2023 - Green House Serviços	11.493,980	29.956,25	0,00	41.450,230
1.1.3.5.1.07 - Contrato 04/2023 - Interativa Facilities LTDA	3.254,500	3.518,86	0,00	6.783,360
1.1.3.5.1.08 - Contrato 11/2023 - Ativa Brigadista LTDA	15.494,660	40.777,42	0,00	56.272,080
1.1.3.5.1.09 - Contrato 014/2023 - Vector Serviços em Contact Center LTDA	11.154,390	0,00	11.154,39	0,00
1.1.3.5.1.10 - Contrato CFO Nº 007/2024 - Atenas Terceirização e Obras LTDA	0,00	1.636,33	0,00	1.636,330

Valores destinados a salvaguarda na contratação de serviços terceirizados na Administração Pública Federal para a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como a possibilidade de responsabilização subsidiária do poder público.

NOTA 5 - Estoques

1.1.5.6.1 - ALMOXARIFADO	847.306,140	12.777,78	227.921,61	632.162,310
1.1.5.6.1.01 - Carteiras de Identidade	755.027,230	0,00	203.598,90	551.428,330
1.1.5.6.1.02 - Outros Materiais	92.278,910	12.777,78	24.322,71	80.733,980

O Almojarifado está demonstrado ao custo médio ponderado e corresponde a contabilização de itens de materiais de consumo, bem como as carteiras de identidade profissional que se encontram em nosso estoque, que em 31/12/2024 representavam o saldo de R\$ 632.162,31.

NOTA 6 – Imobilizado

1.2.3.1.1 - BENS MOVEIS	3.714.997,640	407.399,90	66.177,00	4.056.220,540
1.2.3.1.1.02 - Máquinas Motores e Aparelhos	185.567,340	0,00	0,00	185.567,340
1.2.3.1.1.03 - Insígnias Plâmulas Braços e Bandeiras	1.085,910	0,00	0,00	1.085,910
1.2.3.1.1.04 - Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	315.796,940	1.399,90	0,00	316.796,840
1.2.3.1.1.05 - Utensílios de Copa e Cozinha	399,900	0,00	0,00	399,900
1.2.3.1.1.08 - Equipamentos Diversos	2.202,090	0,00	0,00	2.202,090
1.2.3.1.1.10 - Equipamentos de Informática	3.210.345,460	406.000,00	66.177,00	3.550.168,460
1.2.3.2 - BENS IMÓVEIS	24.402.959,670	0,00	360.303,35	24.042.656,320
1.2.3.2.1 - BENS IMOVEIS	24.402.959,670	0,00	360.303,35	24.042.656,320
1.2.3.2.1.01 - Edifícios	22.243.653,090	0,00	360.303,35	21.883.349,740
1.2.3.2.1.03 - Obras e Instalações	2.159.306,580	0,00	0,00	2.159.306,580
1.2.3.3 - TÍTULOS E AÇÕES	47.812,470	0,00	0,00	47.812,470
1.2.3.3.1 - TÍTULOS E AÇÕES	47.812,470	0,00	0,00	47.812,470
1.2.3.3.1.01 - Telefônica do Rio de Janeiro	43.841,120	0,00	0,00	43.841,120
1.2.3.3.1.02 - Ações	3.930,320	0,00	0,00	3.930,320
1.2.3.3.1.03 - Eletrobrás	0,010	0,00	0,00	0,010
1.2.3.3.1.04 - Telemar	41,020	0,00	0,00	41,020
1.2.3.8 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.354.242,320	1.029,48	740.830,08	2.094.042,920
1.2.3.8.1 - (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.354.242,320	1.029,48	740.830,08	2.094.042,920
1.2.3.8.1.01 - (-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	1.354.242,320	1.029,48	740.830,08	2.094.042,920
1.2.3.8.1.01.01 - (-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	1.354.242,320	1.029,48	740.830,08	2.094.042,920

Os saldos de bens móveis encontram-se atualizados e depreciados em 31/12/2024. Os saldos de bens imóveis, títulos e ações encontram-se registrados pelo valor de aquisição.

NOTA 7 – Passivo Circulante

Apresentou em 31/12/2024 o saldo de R\$ 5.728.148,68 representado por consignações e provisões trabalhistas, encargos sociais sobre prestação de serviços e restos a pagar.

Notas Explicativas

NOTA 8 – Receitas

As receitas totais arrecadadas no período totalizaram R\$ 113.561.948,51, entre arrecadação, financeiras e provenientes de alienação de bens.

NOTA 9 – Despesas

Despesa	Orçado	Realiz. Período	Realiz. Exerc.	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	133.929.420,23	103.041.832,24	103.041.832,24	30.887.587,99
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	117.929.420,23	98.596.351,70	98.596.351,70	19.333.068,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.306.750,00	16.979.144,83	16.979.144,83	1.327.605,17
REMUNERAÇÃO PESSOAL	14.197.500,00	13.119.836,97	13.119.836,97	1.077.663,03
ENCARGOS PATRONAIS	4.109.250,00	3.859.307,86	3.859.307,86	249.942,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	74.162.670,23	57.119.408,82	57.119.408,82	17.043.261,41
BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.156.000,00	5.509.479,44	5.509.479,44	646.520,56
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	58.106.670,23	43.104.045,90	43.104.045,90	15.002.624,33
DIÁRIA CIVIL	6.190.000,00	5.019.881,60	5.019.881,60	1.170.118,40
MATERIAL DE CONSUMO	5.900.000,00	3.550.314,92	3.550.314,92	2.349.685,08
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	430.000,00	389.067,82	389.067,82	40.932,18
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	430.000,00	389.067,82	389.067,82	40.932,18
SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	45.586.670,23	34.144.781,56	34.144.781,56	11.441.888,67
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.900.000,00	8.505.883,48	8.505.883,48	1.394.116,52
CONTRIBUIÇÕES	17.994.000,00	17.902.757,60	17.902.757,60	91.242,40
SERVIÇOS BANCÁRIOS	3.800.000,00	3.462.598,61	3.462.598,61	337.401,39
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	220.000,00	43.668,25	43.668,25	176.331,75
SENTENÇAS JUDICIAIS	3.440.000,00	3.088.066,08	3.088.066,08	351.933,92
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	6.000,00	707,51	707,51	5.292,49
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	16.000.000,00	4.445.480,54	4.445.480,54	11.554.519,46
INVESTIMENTOS	2.000.000,00	406.000,00	406.000,00	1.594.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.000.000,00	406.000,00	406.000,00	1.594.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	14.000.000,00	4.039.480,54	4.039.480,54	9.960.519,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.000.000,00	4.039.480,54	4.039.480,54	9.960.519,46
Total:	133.929.420,23	103.041.832,24	103.041.832,24	30.887.587,99

O total de despesas liquidadas no período foram R\$ 103.041.832,24, entre despesas corrente e de capital.

Nota 10 – Resultado do período

2.3.1.1.1 - PATRIMÔNIO SOCIAL	19.047.799,57C	0,00	0,00	19.047.799,57C
2.3.1.1.1.01 - Patrimônio Social	19.047.799,57C	0,00	0,00	19.047.799,57C
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	181.654.480,55C	290.600.620,57	295.425.355,12	186.479.215,10C
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	181.654.480,55C	290.600.620,57	295.425.355,12	186.479.215,10C
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	181.654.480,55C	290.600.620,57	295.425.355,12	186.479.215,10C
2.3.7.1.1.01 - Superávits ou Déficits do Exercício	27.910.810,80C	136.662.202,44	113.576.126,19	4.824.734,55C
2.3.7.1.1.02 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	153.938.418,13C	153.938.418,13	181.849.228,93	181.849.228,93C
2.3.7.1.1.03 - Abatimentos de Exercícios Anteriores	104.728.108,00	0,00	0,00	104.728.108,00

Ocorreu a mutação patrimonial devido ao superávit do exercício em R\$ 4.824.734,55. Houve déficit orçamentário em R\$ 2.723.172,03 decorrente de saldo inscritos em restos a pagar em 31/12/2024, no valor de R\$ 9.500.000,00 relativo ao Programa para aquisição, ampliação, reforma ou construção de sede, PROINFRA.

Brasília, fevereiro de 2025.

Cláudio Yukio Miyake
Presidente
CPF xxx.758.308-xx

Elio Silva Lucas
Tesoureiro
CPF xxx.959.037-xx

Márcio de Silva Marcellino
Gerência Contábil – CRC 091904-O
CPF xxx.835.307-xx

Os balanços, demonstrações e notas explicativas são disponibilizados no Portal de Transparência do Conselho Federal de Odontologia <https://transparencia.cfo.org.br/gestao-orcamentaria-e-financeira-balancos/>

Declaração do Contador

A Gerência Contábil do Conselho Federal de Odontologia - GERCON, de acordo com o Regimento Interno – Resolução CFO 034 de 29/10/2002 compõe a estrutura organizacional do CFO e conforme parágrafo único do artigo 69 exerce a competência organizacional para proceder aos registros de contabilidade da autarquia, levantamento de balancetes e demais demonstrações contábeis, dentre outras atividades.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da autarquia e o arcabouço documental que deu suporte aos registros. Todavia, antes da efetiva declaração, cabe fazer algumas considerações e ressalvas para melhor esclarecer sobre os serviços que originaram o levantamento da situação econômico-financeira do CFO e dar maior clareza as informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade.

O tratamento dos documentos e consequentes registros contábeis efetuados pelo CFO foram realizados, via de regra, diariamente, por meio do SISCONT_NET, sistema contábil fornecido pela empresa Implanta Informática, com os trabalhos de registros feitos pelo serviço de contabilidade da Gerência Contábil do CFO, conforme citado. A verificação e instrução dos documentos em processos de recebimentos e de pagamentos realizados, que dão suportes aos lançamentos contábeis foi realizada, no âmbito da Gerência Financeira, previamente precedida dos procedimentos de compras e licitação, gerenciadas por setor próprio.

É importante registrar a atuação efetiva de natureza fiscalizatória da Comissão de Tomada de Contas do CFO, com apoio técnico de empregado(a) designado(a) especificamente para realização dos trabalhos de análise dos documentos e dos consequentes registros de gestão, em observância ao princípio da segregação de função, com reuniões periódicas e sucessivas, conforme se demonstra no site de transparência do CFO.

As Demonstrações Contábeis do Conselho Federal de Odontologia - CFO são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da autarquia;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com a sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da autarquia no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas no decorrer do exercício;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas) e,
- Notas Explicativas – são informações adicionais às apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

Por fim, estas demonstrações contábeis foram elaboradas em observâncias às normas contábeis vigentes no Brasil, como: a lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas internas do CFO.

Declaração

No que concerne à regularidade da peças contábeis, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, regidos no que couber aos Conselhos de Fiscalização, pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2024, refletem nos seus aspectos mais relevantes à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Odontologia, ainda que não tenham sido realizados serviços de auditoria independente no CFO.

Brasília-DF, fevereiro de 2025.

Márcio da Silva Marcellino
CRC nº 091.904/O – Gerência Contábil

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

© Copyright 2024,
Conselho Federal de Odontologia
<www.cfo.org.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

RESPONSABILIDADE PELO CONTEÚDO
Conselho Federal de Odontologia
Superintendência Executiva

Brasil. Conselho Federal de Odontologia.

Relatório de gestão: na forma de relatório integrado: evolução da prestação de contas / Conselho Federal de Odontologia.

1.ed. - Brasília: CFO, Superintendência Executiva, 2024.

70 p.

1. Relatório de Gestão. - 2. Prestação de Contas. - 3. Administração Pública. 4. Governança. - 5. Transparência.

Ficha catalográfica elaborada pela Superintendência Executiva.